



Anais da Assembleia

N.º 108

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 163.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e José Domingos Scarpelini. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se consigne na ata dos trabalhos legislativos de hoje, um voto de louvor — em homenagem póstuma, ao 2.º Sargento do Exército DÍLVIO DELMAR HOLENBACH que salvou, com o custo da própria vida, o menor Adilson Florêncio da Costa, que estava sendo devorado pelas ARIRANHAS, no Jardim Zoológico de Brasília.

Em data de ontem — e após longo sofrimento o Sargento — herói SÍLVIO DELMAR, faleceu no Hospital das Forças Armadas, na Capital do País, causando profunda consternação, não só no seio dos seus companheiros de farda, mas em toda a população de Brasília.

E para que conste, também, da ata dos trabalhos desta Casa, anexa recorte do jornal “Diário do Paraná” que se edita nesta Capital — e que narra, com detalhes e pormenores, a extraordinária façanha desse bravo militar — que ao morrer, deixa exemplo dignificante e inesquecível de solidariedade humana — de arrojo, coragem e pronta determinação.

Requer ainda, que da decisão da Casa, se dê conhecimento ao Comando Militar de Brasília, 5.ª Região Militar em nosso Estado e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao jornal “MOVIMENTO” pela denúncia da venda, no Brasil, de medicamentos proibidos em outros países.

Requer, outrossim, seja o teor do presente, comunicado à Direção daquele semanário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA :

I — Coube ao jornal “MOVIMENTO”, juntamente com outros órgãos da chamada IMPRENSA NANICA a denúncia da venda, no Brasil, de medicamentos proibidos em outros países;

II — A coragem invulgar daquele semanário, bem como, de alguns Deputados tornou possível a divulgação, pela chamada “Grande Imprensa” (TV Globo — programa FANTÁSTICO) do verdadeiro crime que se comete com a saúde do povo brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, conste em ata, voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, pela corajosa denúncia feita através do programa Fantástico, do último dia 28, sobre a venda no Brasil, de medicamentos proibidos em outros países.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do presente ao Sr. Roberto Marinho, M.D. Diretor-Presidente daquela organização.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

I — Pela primeira vez a chamada grande imprensa nacional divulga, com realismo e coragem, o perigo que corre a saúde do povo brasileiro, sob as mãos de alguns laboratórios multinacionais;

II — Tais denúncias anteriormente feitas pela chamada imprensa nanica e por alguns parlamentares não vinha encontrando a devida atenção das autoridades competentes;

III — As consequências da divulgação de tais irregularidades, farão com que as autoridades, já cientes do problema considerem o valor da vida humana, também do “sul do equador”.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o duto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Dr. Abrão Fucks, DD. Diretor do Contran e Dr. Ascânio Miró Medeiros, DD. Diretor do DETRAN, sugerindo-lhes a promoção de campanhas visando esclarecer os ciclistas sobre suas obrigações e deveres perante o Código Nacional de Trânsito, tendo em vista que esse meio de locomoção vem sendo incentivado com o objetivo da poupança de gasolina e o tráfego

de bicicletas necessita de melhor orientação por parte de nossas autoridades.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Como decorrência dos sucessivos aumentos dos derivados do petróleo, houve grande incentivo para o uso de bicicletas como meio de transportes.

Hoje, é comum encontrarmos ciclistas trafegando pelas principais vias de nossas cidades.

Esse trânsito de bicicletas, todavia, parece-nos um tanto desordenado, pois, não está havendo rigorosa observância das leis que disciplinem a matéria.

Ora as bicicletas seguem pelo lado esquerdo das ruas de mão única, ora pelo lado direito, ou mesmo pelo centro, "podando" os veículos.

Não raro, aqui em Curitiba, os motoristas têm que demonstrar sua perícia ao volante, quando bicicletas, fora de sua mão de direção, ou em sentido inverso ao permitido para os automóveis, aparecem à frente de seus veículos.

Muitos ciclistas, ao que parece, ignoram que sua condução também está sujeita ao Código Nacional de Trânsito.

Assim, vários dispositivos daquela legislação vêm sendo transgredido diariamente, às vezes por simples desrespeito a si mesmo e ao próximo, se, às vezes por mera ignorância desses ciclistas, que devem desconhecer as normas disciplinadoras dos seus direitos e obrigações.

Fala-se, hoje, muito de ciclovias, mas nada existe para proteger efetivamente, através de esclarecimentos mais eficazes, aqueles que se servem de motocicletas ou bicicletas para a sua locomoção.

Uma campanha esclarecedora e orientadora, por parte do CONTRAN em colaboração com o DETRAN parece-nos oportuna e, por certo, nossa sugestão será merecedora da atenção das autoridades competentes para avaliar o problema e buscar maior segurança para o trânsito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o atual edifício que abriga a Delegacia de Polícia de Iporã é inadequado ao normal desenvolvimento das atividades de segurança, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. General Alcindo Pereira Gonçalves, Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando as necessárias providências para a construção de sede própria da referida subdivisão policial.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário da Casa, solicita o envio de ofício endereçado ao Exmo. Sr. Dr. Osfrís Stenghel Guimarães, Secretário dos Transportes do nosso Estado, no sentido de diligenciar a aplicação do tratamento anti-pó e a feitura do acostamento, na Rodovia do Café, trecho onde se localiza o Estádio Dr. Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

O ESTÁDIO PAULO PIMENTEL, está recebendo, agora, a mais moderna iluminação do Estado, prevendo-se que será, em breve, uma das mais belas Praças de Esporte do Paraná,

Acontece, que com a sempre crescente demanda de carros,

quando da disputa e peijas desportivas, tornam-se necessárias e urgentes as providências por nós, acima requeridas, considerando-se que com o tratamento anti-pó e a necessária feitura do acostamento, poderão os freqüentadores dessa Praça de Esporte, usufruir melhor comodidade, com amplo espaço para o estacionamento de seus veículos, sem os inconvenientes que hoje se observa.

O atendimento dessas providências, concederá, por outro aspecto, uma nova característica ao Estádio Paulo Pimentel, oferecendo-lhe melhor aspecto externo, ambiente mais agradável e convidativo, atendendo, assim, aos reclamos de milhares de freqüentadores.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei Número 117/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Aos integrantes da carreira de Advogado do Quadro Geral do Estado e das Autarquias Estaduais, fica assegurada a contagem, até o limite de quinze (15) anos, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade do tempo de serviço profissional exercido anteriormente ao ingresso no serviço público.

Parágrafo único — É vedada a contagem cumulativa com qualquer outro cargo público.

Art. 2o. — O exercício da profissão será comprovada pela inscrição como Advogado na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) ALFREDO GULIN.

Apoiamentos: Augusto Carneiro, Werner Wanderer, Ivo Thomazoni, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Carvalho e Accioly Neto.

JUSTIFICATIVA:

O legítimo e efetivo exercício de qualquer profissão liberal, requer dedicação permanente, com responsabilidade, e grande esforço físico e mental, que vem desde os tempos de escola à Universidade, quando se efetiva o aprendizado e consolida-se os conhecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos profissionais.

O ingresso nos quadros da magistratura exige do interessado condições mínimas de conhecimento profissional, o mesmo ocorrendo com aqueles que pretendam desempenhar funções de nível superior no serviço público.

O período anterior ao ingresso na magistratura é considerado na vida funcional do juiz e contado o tempo em tela para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 152, da Resolução Normativa No. 1 de 11.12.1975, através do seu Art. 132, que regula a mesma matéria a saber:

RESOLUÇÃO NORMATIVA NÚMERO 1, DE 26/06/1970

Art. 152 — Computar-se-á em favor do Desembargador nomeado nos termos da primeira parte do Art. 92 da Constituição Estadual, além do eventual tempo de serviço público já prestado, mais o exercício profissional necessário para completar 15 (quinze) anos.

§ 1o. — Contar-se-á em favor dos magistrados de carreira, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço de advocacia até o máximo de dez (10) anos, anterior à nomeação e a partir da inscrição da Ordem dos Advogados do Brasil. (OAB).

§ 2o. — O prazo de exercício profissional não poderá exceder do efetivamente existente desde a data da inscrição, como Advogado na Ordem dos Advogados do Brasil, e será considerado para efeito de acréscimo ou vantagens de vencimentos, apenas a partir da posse.

RESOLUÇÃO NORMATIVA NÚMERO 1, DE 11/12/1975

Art. 132 — Computar-se-á ao Desembargador ou Juiz do Tribunal de Alçada, nomeados para o quinto constitucional, para todos os efeitos legais, o tempo de até o máximo de quinze (15) anos de exercício profissional, comprovado pela inscrição como Advogado na Ordem dos Advogados do Brasil, em idênticas condições, para os Magistrados de carreira contar-se-á até o máximo de dez (10) anos, vedada em ambos os casos contagem cumulativa com qualquer outro cargo público.”

A figura do advogado equivale-se em grau e importância à dos magistrados, trabalhando ambos para uma só finalidade: “elementos indispensáveis à administração da justiça”.

E o que é mais importante, labutam em conjunto num trabalho vital para a manutenção e salvaguarda dos direitos da sociedade.

Esta posição está consagrada na lei que regula o exercício da profissão de advogado, qual seja o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil — Lei No. 4125 — de 27.04.1963, de âmbito nacional, que abrange e disciplina a atividade do advogado em suas diversas funções, a saber: o militante, o magistrado, o representante do Ministério Público e o funcionário público.

Os arts. 67 e 69 daquele diploma legal deixam claro, sem sombra de dúvida, a evidência do acima exposto, quando dizem, textualmente o seguinte:

“Art. 67 — O exercício das funções de advogado, estágiário e provisionado, somente é permitido aos inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil e na forma da Lei (art. 56).

Parágrafo único — A denominação de Advogados é privativa dos inscritos no quadro respectivo (art. 47), inciso I, e 128).

“Art. 68 — No seu ministério privado o advogado presta serviço público, constituindo com os juízes e membros do ministério público, elementos indispensáveis à administração da justiça.

“Art. 69 — Entre os Juizes de qualquer instância e os Advogados não há hierarquia nem subordinação, devendo-se todos consideração e respeito recíprocos.”

Desta forma, está caracterizada a identidade de trabalho entre magistrados e advogados militantes e a Constituição Federal vigente, Emenda Constitucional No. 1, de 17.10.1969, preconiza a igualdade que deve prevalecer quando ocorrem situações idênticas.

Reza o art. 153, § 1o. do mencionado diploma constitucional que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”.

Assim, o presente assegura àqueles profissionais o mesmo direito concedido aos magistrados.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação do presente.

Projeto de Lei Número 118/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA ;

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO, com sede na cidade de Irati.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA ;

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO (SASE), da cidade de Irati, é uma sociedade civil, de assistência e promoção social, constituindo uma obra filiada e mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com

finis de manter assistência integral aos necessitados, através de concessão de auxílios, remédios, aconselhamento e orientação moral e espiritual aos necessitados; sendo justo portanto, seu reconhecimento de Utilidade Pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoi) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Imprensa do meu Paraná.

Estamos aqui, Sr. Presidente, apenas, para dirimir dúvidas que por um lapso do grande jornal “O Estado do Paraná”, atribuiu à nossa pessoa, um aparte do ilustre colega de bancada, companheiro e xará, Luiz Gabriel Sampaio.

“Quando se misturam os Gabriel.”

Então nós queremos apenas dirimir uma dúvida que no jornal de ontem, Sr. Presidente, ao apartear o dinâmico Deputado emedebista, o ilustre Deputado, representante de Maringá, teve uma situação brilhante, de sua inteira responsabilidade.

E por um lapso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve uma troca de Gabriel, entre Gabriel Manoel e Gabriel Sampaio.

Então, Sr. Presidente, ao dizer o ilustre companheiro que não será mais candidato, nós somos o primeiro a fazer um apelo, que reformule essa sua atitude, porque o caminho certo, o caminho da redenção do Paraná do Brasil, será dentro do nosso Partido, a ARENA em consonância com todas as lideranças de boa vontade, do MDB.

Não queremos entrar no mérito, Sr. Presidente, queremos apenas fazer um apelo à imprensa e a este ilustre jornal, muito bem representado aqui na Assembléia, que faça uma retificação.

Porque, Sr. Presidente, com a devida vênia, queremos apenas ler, deste editorial, uma pequena parte.

“O Deputado Gabriel Manoel, da ARENA, num aparte que solicitou, depois de dizer que o seu Partido está cumprindo com o papel,” afinal de contas discorre sobre o pronunciamento do ilustre companheiro de bancada, Deputado Gabriel Sampaio.

E queríamos dizer ao Paraná, a esta Assembléia e aos nossos companheiros, que nos telefonaram, por toda a noite, ao ler esta notícia, de que não seríamos mais candidato.

Então queremos reafirmar, desta tribuna, que seremos candidato, primeiramente, com a graça de Deus, dentro do nosso Partido a ARENA, respeitando a idéia do nosso companheiro, Deputado Gabriel Sampaio; e pediríamos vênia à ilustre representação da imprensa desse jornal que nós temos em grande conceito, que retifique este lapso, porque com a devida vênia, com o devido respeito que temos pelo pronunciamento do nosso companheiro, Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que se retifique e que se diga, o que de fato aconteceu, que este Deputado, com seu tirocinio, com sua visão, fez um pronunciamento e um aparte brilhante, mas que não fora a nossa pessoa que naquele instante não estava no plenário.

Então, pediríamos à imprensa do Paraná, modestamente, que se retifique e que se diga, que este aparte, é de responsabilidade, de acordo com as notas taquigráficas desta Casa, do ilustre representante da cidade dos passarinhos, que é Maringá; e nós humildemente, fomos ontem, tolhidos e interpelados por diversos companheiros nossos do interior que não estão sabendo.

Talvez, o efeito maléfico poderá ser sanado uma vez retificada esta nota, que eu pediria ao Sr. Presidente, que de acordo com o Regimento interno da Assembléia, sabendo também da compreensão, e compreendendo que foi um lapso da imprensa que representa os jornais, a imprensa falada, escrita e televisada, foi apenas um lapso; e que nós seremos candidato a deputado estadual, com o referendo do nosso povo e sob a égide gloriosa da ARENA, obedecendo a linha de Jayme

Canet Júnior e do Presidente Ernesto Geisel. Então é isto, Sr. Presidente, que eu queria deixar patente neste instante.

Que se retifique esta nota para que o meu povo, o nosso povo de Maringá, Paranavai, a cidade de Arapongas, a cidade passarinho e Maringá a cidade canção.

Como nós gostamos, Sr. Presidente, de ouvir a canção dos pássaros; então é isto que nós também pedimos e fazemos um apelo ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio; que retifique o seu pronunciamento, porque ele é um líder legítimo da cidade canção.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Imprensa do meu Paraná.

E estaremos como candidato em 78, sob a liderança de Jayme Canet Júnior e de Ernesto Geisel e da nossa agremiação que é a ARENA.

E fora da ARENA não existe salvação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, segundo orador inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não vai aqui neste nosso modesto requerimento, qualquer mudança da nossa disciplina partidária, da nossa orientação política.

Mas, como residente na Cidade de União da Vitória, homem que sempre lutou para a aspiração daquela estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste, apresentamos um requerimento nesta tarde, do seguinte teor: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, pela conclusão da Rodovia Federal BR-153, conhecida por Transbrasiliana, no seu trecho entre Erechim no RGS e União da Vitória, em nosso Estado.

Requer, outrossim, seja extensivo este voto ao ex-Presidente Emílio Médici, bem como ao seu Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza, a quem devemos o início dessa meritória, e que se dê ciência do teor deste requerimento às pessoas interessadas.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vai aqui da nossa parte, qualquer elogio que não seja merecido a essas autoridades.

Nós que lutamos naquela região há muito tempo, para que fosse concretizada a estrada que amanhã demandará ao sudoeste do nosso Estado.

Estrada que nós chamávamos de Porteiro do Sudoeste. O Sudoeste do Estado do Paraná cresceu, se desenvolveu, tendo seu trânsito por União da Vitória.

Hoje, graças a Deus, já está aberta ao tráfego, a BR-153. Falta só a sua inauguração.

E, se Deus quiser, oportunamente, haveremos de também fazer um pronunciamento nos congratulando com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, se ele concluir a BR-280, até a estrada de Pato Branco.

Somos acostumados a fazer justiça.

Somos acostumados a criticar aquilo que está errado mas fazer justiça àquilo que está certo.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A decisão da Confederação Brasileira de Desportos, tomada ontem, aumentando para 62 clubes participantes da Copa Brasil 77, confirma de maneira inofismável que, neste País, vivemos verdadeiramente uma época de desinformação.

Desinformação provocada pela censura até mesmo econômica em nossos veículos de informação em geral, gerando clima de incertezas em todos os campos de atuação de nosso povo.

Senão vejamos: O pecuarista, que investe recursos vultuosos em suas fazendas, não sabe como estará o mercado quando, por força de compromissos, procura comercializar, quer o gado de corte ou mesmo, não consegue lucros ao dedicar-se ao gado leiteiro.

O agricultor, que como agora ocorre, procura sementes selecionadas de soja, espera horas e horas na fila, para no final, encontrar a informação de que não existe mais semente, ou ao conseguí-la, paga cerca de Cr\$ 430,00 por saca de 50 quilos.

Lança-a à terra, depois de desbravar as matas, preparar o terreno e corrigir o solo.

Transcorre todo o tempo necessário para a germinação da semente, conserva a lavoura, limpa, aplica inseticidas, vai para a colheita, sempre na esperança de preços compensadores para o produto.

As notícias durante este período, sempre animadoras, mas, ao comercializá-las, a grande decepção.

Hoje, por exemplo, a saca de soja em Maringá, está sendo comercializada a Cr\$ 140,00 a saca de 60 quilos.

Vejam bem: Na mesma cooperativa que lhe cobra Cr\$ 430,00 por saca de semente. É a dona de casa, que além de, a cada compra que faz de suprimentos necessários a seu lar, pagar mais caro, muitas vezes tem também que entrar na “fila” para adquirir leite e outros produtos básicos para alimentação de sua família.

A desinformação é total.

Há política no País?

Existe alguém que possa afirmar, com precisão, quais as regras do jogo?

Enfim, tudo é expectativa e desinformação.

O esporte, este também não poderia fugir da regra geral.

A CBD, no ano passado, recebeu uma documentação completa das condições que Maringá oferece para ser participante do campeonato nacional.

O Almirante Heleno Nunes afirmou, categoricamente, o que se sentia até mesmo constrangido, em não poder incluir o Grêmio ainda no campeonato de 1976, pela absoluta falta de tempo para elaboração de nova tabela de jogos, porém, prometia solenemente que este ano, o Grêmio seria incluído automaticamente.

Durante a campanha eleitoral de 1976, os candidatos arenistas, juravam nos palanques que o Grêmio somente iria para o campeonato nacional, caso o partido governista ganhasse as eleições.

Ganhou.

E agora?

De que adianta nosso povo comparecer em massa aos estádios e proporcionar, como por exemplo, no domingo passado, quando do jogo Grêmio X Atlético, a terceira maior do País, perdendo apenas para os clássicos realizados no Maracanã, no Rio de Janeiro — e Morumbi em São Paulo?

De que adianta o nosso atender o apelo de todos nós para comparecer ao estádio, a comprar rifas, a desembolsar enfim, parte de suas economias para demonstrar a pujança regional?

Para no “tapetão” ser levado em consideração muito mais a presença de “karlos” e “Sauls”?

O povo de Maringá e de toda a região foi enganado mais uma vez.

Vamos disputar no campo.

E o faremos com garra e lealdade como sempre.

Desta vez, com o valoroso e respeitável Colorado.

Simpático Clube da Capital, que com razão lutou até o fim por seus direitos.

Porém, qual o critério para tal decisão?

As rendas?

Não pode ser.

Se o fator decisivo recaísse sobre as rendas o Grêmio seria indicado incontinente.

A indicação seria para atender regiões diferentes, que não houvesse influência direta de jogos respeitados para os torcedores?

Novamente, o Grêmio seria o indicado.

Critério político?

Bem, então não haveria termos comparativos, senão vejamos: A Capital já está agraciada com a presença de dois clubes no campeonato.

O Prefeito da Capital não foi eleito, mas sim indicado ou nomeado mesmo.

Não obteve votos populares e o próximo, também receberá "de presente" o cargo.

Os "karlos" também nunca disputaram votos populares.

Então, por este critério o Grêmio deveria ser escolhido.

Saibam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que embora sejamos adversários políticos, o atual Prefeito de Maringá, João Paulino, colocado a disputar com os "karlos" e "Sauls" que ocupam cargos agraciados por apadrinhamentos, sem dívida, ganharia qualquer eleição que dependesse de votos populares, pois, apesar de seu conhecido rancor, falta de amor aos mais humildes, é indubitavelmente um ganhador.

E sempre temos que respeitar os homens que conquistam cargos pelo voto direto do povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a conclusão é uma só: desinformação, tanto do povo, que não sabe se amanhã teremos eleições, se haverá leite para nossas crianças, do agricultor, que não sabe a que preço comercializará seus produtos, do estudante, que esbarra nos vestibulares, verdadeiros entraves à elevação de nosso índice cultural, do desportista, que não sabe se deve ou não acreditar nas promessas de seus dirigentes.

Enfim, vivemos em um País de desinformação.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência levanta a sessão por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está reaberta a sessão.

Encontra-se neste plenário, S. Exa. o Sr. Deputado Odilon Túlio Vargas, titular da Secretaria da Justiça do Estado do Paraná; também compõe a Mesa, o Desembargador Guilherme Maranhão, digníssimo Procurador do Estado.

O Sr. Secretário dos Negócios da Justiça do Estado do Paraná veio a este Plenário, atendendo convite que lhes foi formulado pela Comissão Especial de Assuntos Penitenciários organizada nesta Casa, para verificar as condições da população carcerária do Estado do Paraná.

S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Justiça fará, neste plenário, uma exposição sobre o Sistema Penitenciário Paranaense.

A Presidência confere a S. Exa., o direito de falar durante todo o Grande Expediente, de comum acordo com os Srs. Deputados Líderes do MDB, e ARENA, para que os Srs. Deputados possam assistir a conferência — ou a exposição — que será feita pelo Sr. Deputado Secretário dos Negócios da Justiça, Odilon Túlio Vargas, a quem a Presidência concede a palavra.

O SR. ODILON TÚLIO VARGAS — Sr. Presidente da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados. Recebi, com muito agrado, o

convite do nobre Deputado Nelson Buffara, Presidente da Comissão Especial de Assuntos Penitenciários, para expor alguns aspectos da estrutura e da mecânica do sistema, no Estado do Paraná.

O convite, realmente muito desvanecedor, deu-me a grande oportunidade de vir aqui, em companhia do eminente Procurador Geral da Justiça, Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, e de meus companheiros de equipe da Secretaria da Justiça, para discorrer sobre um assunto que é profundamente palpitante além de explosivo e complexo, e que, para ser efetivamente compreendido nas suas dimensões no caso particular do Paraná, mister se faria que fizessemos a explanação sobre tudo aquilo que está sendo feito, como foi encontrado o sistema, e as diretrizes estabelecidas para o seu aperfeiçoamento e para a humanização do setor penal.

Na verdade, o tema Penitenciário só de há poucos anos para cá vem sendo encarado com muita seriedade e merecendo até, certa prioridade de Secretarias de Justiça nos Estados.

O Brasil tem procurado estabelecer, nos seus sistemas penitenciários, uma série de reformas, a fim de adequá-los, às novas realidades e, em face do acúmulo de erros e vícios, de incongruências e que através dos anos foram sedimentando uma imagem totalmente negativa do sistema.

Posso dizer que, no Paraná, faz pouco tempo que tem se abordado este tema, com aquele objetivo que se torna tão necessário.

Posso afirmar, sem medo de erro, que, marca uma etapa da apreciação deste problema, por um novo prisma, a administração do Secretário Mário Faraco.

Foi durante a sua gestão que se publicou e que se elaborou a Estatuto Penitenciário, e daí então se partiu para uma nova filosofia de trabalho, uma nova compreensão, um novo sentido ótico daquilo que representa o sistema penitenciário como mecanismo de apoio e como instrumento de recuperação dos internos do sistema estadual, na área presidial, no caso do Paraná, especificamente.

Antes de partirmos para a análise do que representa hoje o sistema penitenciário em termos de trabalho e de filosofia, aprez-me, muito, mostrar o organograma da Secretaria da Justiça, porque, com a reforma administrativa que foi elaborada durante o Governo Emílio Gomes e implantada agora no Governo Jayme Canet, a Secretaria da Justiça ficou com certas atribuições específicas que não tinha antes, ou até perdeu muitas funções que passaram, e muitos organismos, que passaram para outra unidade administrativa do Estado.

A Secretaria da Justiça, hoje, se compõe como órgãos vinculadores, da Procuradoria Geral da Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, Conselho Penitenciário, uma Diretoria Geral, ao lado do Gabinete do Secretário, e Assessoria Técnica.

Um Grupo Financeiro Setorial, um grupo de planejamento setorial Assessoria de Controle de Resultados, grupo administrativo setorial, Grupo de Recursos Humanos Setorial, a Junta Comercial do Paraná, a Coordenação das naturalizações e cadastro das serventias da justiça e afins, uma central de leis e jurisprudência, e a coordenação do sistema penitenciário, além de núcleos regionais.

A Procuradoria Geral da Justiça é o órgão centralizador do Ministério Público; a Procuradoria Geral do Estado é responsável pela representação judicial e extra-judicial do Estado; a Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas é um órgão que presta auditoria externa, examina as contas do Estado em suas três fases: empenho, liquidação e pagamento.

Conselho Penitenciário, é o órgão auxiliar da administração da Justiça.

Tem por finalidade indicar a admissibilidade, conveniência

e oportunidade de equipamento promocional, graça, indulto e prisão albergue aos reclusos.

São 7 (sete) os membros do Conselho Penitenciário. No ano passado, o Conselho apreciou os seguintes processos: livramento condicional — 215; comutação da pena 196; indulto — 350; prisão albergue 253. Este ano já os números apontam um crescimento bem maior.

A Junta Comercial também é outro órgão vinculado à Secretaria da Justiça.

Temos aqui uma estatística. Depois os interessados, se quiserem, podem nos procurar que teremos prazer em fornecer.

Vejam os dados: Coordenação do serviço de naturalização — A Secretaria tem se empenhado muito em levar ao interior do Estado as suas comissões volantes.

Isto tem facilitado muito o crescimento de naturalizandoos que estão adquirindo a cidadania brasileira.

Este processo, há tempos atrás, demandava um ano ou dois.

Hoje, estamos entregando os títulos, desde que a documentação esteja em ordem, em cerca de 6 (seis) meses.

A nossa meta para as naturalizações até o final do nosso mandato é atingir 5 (cinco) mil processos de naturalização.

O Paraná estava em 5o. lugar no Brasil, já passou para o segundo lugar em número de processos de naturalização.

Os municípios que estão se destacando mais nesta Campanha são: Maringá, Umuarama, Guarapuava, Cruzeiro do Oeste, Ubiratan, Ivaiporã e Ponta Grossa.

Portugueses, japoneses lideram as listas de naturalização.

Iremos agora para o tema que foi objeto do convite que recebi para vir a esta Casa.

Quem exerce toda a atividade de coordenação, de controle do sistema penitenciário é um órgão chamado Coordenadoria, ou Coordenação do Sistema Penitenciário, cuja sigla é COOSIPE.

A coordenação constitui-se num órgão do qual emanam as normas e diretrizes de ação da política penitenciária.

Sua estrutura compreende: Prisão Provisória de Curitiba, Penitenciária Central do Estado, Penitenciária Feminina, Colônia Penal Agrícola e Manicômio Judiciário.

Nós temos aqui diante de nós um organograma do sistema penitenciário paranaense, mostrando as suas divisões, subdivisões e seus órgãos componentes.

A Coordenadoria tem uma Central Técnica de triagem que será implantada junto à Prisão Provisória de Curitiba.

É um serviço de triagem que deve ser feito cientificamente, porque hoje é feito de forma empírica.

Nós não temos ainda um serviço de triagem conseguido em termos científicos, e o projeto já foi aprovado pelo Ministério da Saúde, pelo Planejamento, a Caixa Econômica já aprovou o financiamento e o processo deve estar agora no Senado para aprovação do empréstimo com cujos recursos nós vamos construir ao lado da Prisão Provisória, uma Central Técnica de Triagem, cuja mecânica nós vamos mostrar logo em seguida.

Temos o setor de apoio técnico e o setor de estudos e pesquisas, com: Serviço Social, Assistência Jurídica, Saúde, Educação e Trabalho.

É uma Assessoria Jurídica com uma central administrativa para atender segurança, comunicações, subsistência, recursos humanos, recursos financeiros e recursos materiais.

Temos os Patronatos, o Instituto de Orientação Social Laertes Munhoz, temos a central de mão de obra, que vamos implantar este ano em convênio com o Ministério do Trabalho, porque os cursos profissionalizantes estão crescendo demais, nós já temos hoje cerca de mil e quinhentos (1.500) internos nossos que já receberam certificados de cursos profissionalizantes.

Como a demanda está aumentando nós precisamos de recursos maiores.

Então, nós estamos fazendo um convênio direto com o Ministério do Trabalho para nos darem recursos, através desta nossa central de mão de obra.

Também temos o projeto hospitalar penitenciário.

Então, como seria o funcionamento dessa central técnica, que é, na verdade, uma das maiores conquistas do sistema penitenciário paranaense.

Como ela vai funcionar? Será um órgão fisicamente estabelecido ao lado da Prisão Provisória de Curitiba, e o seu fluxograma para entendermos o seu funcionamento é o seguinte: No momento em que ocorre o delito, a polícia encaminha o autor à Justiça, a Justiça encaminha à Coordenadoria, e a Coordenadoria faz o encaminhamento à nossa central técnica de triagem, onde ele é examinado sob o aspecto social, jurídico, de saúde, educação e de trabalho.

Feito isso pelos técnicos dessa central, faz-se um plano de tratamento global.

Ou ele é encaminhado para a Penitenciária Agrícola no caso de ser uma pessoa que não ofereça periculosidade, e seja uma pessoa também do campo, ele será encaminhado para a Prisão Agrícola; ou para a Prisão Feminina, ou para o Manicômio, ou para a Prisão Provisória ou ainda para a P.C.E., que é a Prisão Central, a Penitenciária Central, que é de regime fechado para presos de alta periculosidade; ou ainda eles serão encaminhados para o caso do Instituto de Orientação Social, que os encaminhará se for beneficiado pela Prisão Albergue, ele poderá cumprir no interior mesmo, no seu domicílio, e lá gozar dos benefícios do nosso chamado Programa Themis, que nós vamos explicar a seguir o que seja.

Ou também do Patronato, Patronato que nós estamos construindo, temos um em Maringá, outro em Curitiba, outro em Londrina, por enquanto, são apenas três.

O Patronato é o tipo de um pensionato onde o egresso que não tem família, ele poderá ficar durante trinta a sessenta dias nesse Patronato, enquanto ele é encaminhado para um emprego, ou se última a sua documentação; ou se ele está doente ele recebe cuidados no Patronato também através de hospitais, ele fica num sentido rotativo até que possa receber o seu primeiro pagamento do emprego que obtiver.

Aí então ele é obrigado a deixar o Patronato.

É esse Patronato serve muito para aqueles que não têm família, aqueles que não têm lar.

No Patronato eles vivem uma vida familiar, porque geralmente é um casal que cuida do Patronato e nesse Patronato se dá a ele toda a assistência, inclusive espiritual.

Dando um caráter ecumênico a essa atividade, a Secretaria tem procurado diversificar as religiões que administram esses Patronatos.

No caso de Maringá é evangélica; no caso de Curitiba é católica; em Londrina é católica; em a previsão para Jacarezinho, é de uma Associação Espírita.

Nós pretendemos diversificar, como Ivaiporã, ainda uma outra entidade evangélica.

O grande drama que nós tivemos reside na superpopulação carcerária.

É verdade que agora, com a Reforma do Código Penal abriu-se grandes válvulas para desafogarmos os presídios, com os benefícios da Prisão albergue que foram criados, o caso também do livramento condicional e também do regime semi-aberto que vai facilitar, desafogarmos as prisões de segurança absoluta.

No caso da Prisão Albergue, eles recebem os beneficiários, recebem a assistência do Instituto de Orientação Social Laertes Munhoz e também dos nossos patronatos.

Então, vê-se que o Patronato, e o Instituto de Orientação Social é para uma determinada categoria de beneficiários ou

no caso, do livramento condicional e o Programa Themis no caso de outros regimes.

Se é verdade que a Lei 6416 agora, abriu grandes frentes para facilitar ao homem que delinqüiu, ele cumprir a pena em regime de semi-liberdade e também de liberdade, isto segundo cálculos que foram feitos no sistema penitenciário paranaense, vai dar uma defasagem da população de cerca de 30 por cento da população presidial.

Porque realmente, nós estamos saturados, para dar um exemplo aos Srs. Deputados: A Prisão Provisória de Curitiba que tem uma capacidade prevista para 400 está hoje, com 792, é verdade, que isso aqui é um número muito flutuante, mas se aproxima bem da realidade.

O caso da Penitenciária Central do Estado, também em regime fechado, prevista para 600 está com 790; a Colônia Penal, já não encontra esses problemas nem a Penitenciária Feminina, mas já temos o Manicômio Judiciário, com uma capacidade prevista para 211 e hoje, com uma população de 334.

Vejam, que o Governo Federal se preocupou muito, de como solucionar isso; será que, seria construindo novas penitenciárias e o governo se conscientizou que não é aumentando a capacidade física dos presídios, que nós vamos resolver o problema da super-população.

Havia necessidade realmente, destas medidas, destes benefícios, porque não há recurso disponível; os investimentos em presídios são enormes.

Eu sei por exemplo que na Penitenciária de Avaré, agora recentemente concluída, em S. Paulo, custou cerca de cem milhões de cruzeiros.

Então, são recursos que na verdade, têm um sentido de proteção e de segurança, mas que não atinge o objetivo social da pena que é facilitar ao homem à sua readaptação, à sua ressocialização.

Diante deste drama da superpopulação, foi que o Governo Federal resolveu adotar uma nova linha, fazer uma abertura para que os homens portadores de conduta anti-social, tivessem oportunidade, aqueles que não oferecem periculosidade, aqueles que têm certas potencialidades para serem reaproveitados no convívio social.

Antes desse quadro e dessa imagem, o Governo Federal optou pela fórmula que eu também considero a mais ideal e a mais acertada: é abrir e evitar com isso, que com investimentos vultosos, em penitenciárias, fosse cada vez, se agravando mais o problema.

Porque no caso do Paraná, nós sabemos que há um aumento da população carcerária anual de cerca de 8 por cento; o governo nunca teria capacidade de ampliar seus recursos físicos para acompanhar o crescimento populacional dos presídios.

Com a Lei 6.516, com a prisão Albergue, o regime semi-aberto, o livramento condicional, com a suspensão condicional da pena, já será possível diminuir este crescimento estatístico na faixa do aumento da população dos presídios.

E isso vai acontecer no Brasil todo, o que há necessidade hoje, é do governo de aparelhar para dar apoio externo, que é o de uma complementação no tratamento científico que se deve dar dentro das penitenciárias.

Diante disso, é que no caso do Paraná, nós temos nos preocupado, além da assistência que temos dado dentro das penitenciárias, de criar organismos externos, como é o caso do Instituto de Orientação Laertes Munhoz, dos Patronatos e do Programa Themis, para que não ocorra a reincidência criminal; que possa revogar inclusive o benefício e com isso aumentar a população dos presídios.

Muita gente conhece que logo que assumimos a Secretaria da Justiça nós pensamos em construir pequenos presídios no Interior do Estado, em regiões polo; em centros de grande população.

Realmente, foi essa a nossa idéia. Tínhamos até encami-

nhado ao Ministério da Justiça o projeto para a construção desses mini-presídios.

Mas, com estes benefícios da Lei 6.416, já estes mini-presídios não se justificam mais.

Porque só serão recolhidos ao confinamento absoluto aqueles que oferecem periculosidade.

Então, os que oferecem periculosidade devem vir para a Penitenciária Central que é um regime de segurança absoluta.

Então, homens de grande periculosidade devem ser conduzidos para Curitiba, não devem ficar cumprindo a pena no interior, nas cadeias, como agora recentemente o Tribunal de Justiça baixou um provimento estabelecendo que os apenados do interior, poderão cumprir a sua pena nas próprias cadeias das suas cidades.

Isto vai também desafogar as penitenciárias aqui da Capital; e vai obrigar em verdade, a outra Secretaria e não a da Justiça, porque aí já não é propriamente da nossa responsabilidade, a ampliação das cadeias.

Porque a Secretaria da Justiça pode até fazer em convênio com a Secretaria de Segurança, ampliar as cadeias, dar melhores condições àqueles presídios do interior, a fim de que os homens que estão cumprindo pena e que oferecem pouca ou nenhuma periculosidade, possam não sofrer a humilhação de uma convivência perniciosa, com homens que oferecem caracteres de alta periculosidade.

Mas, não basta, no sistema penitenciário nós cuidarmos só dos presos.

Não basta.

Porque nenhuma política penitenciária pode ser executada com eficiência, se os responsáveis pela sua execução não qualificados, não estiverem preparados para isso.

Como não se cuidou muito do sistema penitenciário paranaense até há pouco tempo e mesmo tenha ficado na área da Segurança Pública, o sistema penitenciário estava subordinado à Secretaria da Segurança Pública e a Segurança Pública dava um trabalho mais policaresco do que propriamente científico à população carcerária; diante disso, houve, como eu disse, uma integração de homens, para a execução da política, que estavam inteiramente despreparados para essa função.

Quando assumimos a Secretaria fizemos um levantamento, não só da população carcerária mas também do pessoal responsável pela administração: guardas de presídio; pessoal que dentro das penitenciárias têm o encargo da fiscalização; da vigilância da população carcerária.

E tivemos uma desilusão tremenda, porque fomos verificar por aquele diagnóstico — é verdade que há honrosas exceções nisso — mas fomos verificar que o grau de escolaridade da população carcerária era superior ao grau dos homens responsáveis pela administração dos presídios.

Então vejamos que há um contrassenso; é um paradoxo, como é que nós podemos mudar a filosofia; como é que nós podemos procurar humanizar o sistema, se os homens responsáveis pela sua execução não estavam preparados.

É verdade que após isso, nós procuramos intensificar cursos para guardas de presídio, cursos para inspetores e até cursos para Diretores de Presídios.

Tivemos já 356 funcionários que já cumpriram esses cursos: cursos de relações humanas; cursos de chefia e liderança; cursos de organização e métodos.

Isto em 1976.

Este ano, já atingimos 100 funcionários que estão frequentando estes cursos.

Para os presos nós temos atividades educacionais, além dos cursos profissionalizantes.

Temos o MOBREAL.

O ano passado, 286 presos frequentaram o MOBREAL. Curso Supletivo de Primeiro e Segundo grau, 197 presos; e ainda muitos presos que fazem cursos por correspondência.

Agora o que é realmente, dentro do nosso trabalho, um ponto alto e um ponto que eu considero importante para a recuperação e preparação do homem para o momento em que ele vai alcançar a liberdade são os cursos profissionalizantes.

Temos feito em convênio com o Senac, com o Senai, com o Sesi, cursos de toda a natureza.

Por exemplo: artesanato em redes, bolas, colchões, atendentes de enfermagem, relações humanas, prática de escritório, garçon, pedreiro, carpinteiro, pintor, encanador, eletricista, ladrilheiro, armador de ferragem, corte e costura, para o caso da penitenciária ter meninas, pintura de tecidos.

Vejam o número de concluentes de cursos: em 1976, 1.000. Em 1977, estamos terminando o mês de agosto com 525 certificados entregues e com a programação ainda mais intensa até o fim do ano, e vamos receber até o fim do ano, recursos consideráveis do Ministério do Trabalho.

Temos atividades recreativas e culturais, futebol de campo, voleibol, teatro de fantoche, teatro.

Estamos terminando um teatro que vamos inaugurar este ano na penitenciária central, biblioteca, cinema, televisão, tênis de mesa, bocha.

Comemorações religiosas, sociais, cívicas, de toda a natureza.

Temos a semana dos encarcerados todos os anos.

Produção aqui temos em número, a receita com a produção das atividades artesanais, também de granja, horta, a nossa lavoura de arroz, milho, feijão, batata e soja.

Vamos inaugurar este ano uma grande unidade agrícola armazém e silo na colônia agrícola.

Temos marcenaria. A rede escolar do Paraná, a Fundepar compra roda a nossa produção de carteiras escolares.

Tivemos no ano passado, em convênio com a Fundepar, cadeiras e carteiras, 36.774.

Outras atividades, olaria, extração de madeira, extração de areia.

Uma das coisas que mais valorizou o trabalho que está sendo feito na Secretaria de Justiça, foi a participação dos estudantes na administração.

Nós convocamos os estudantes das várias atividades, das várias disciplinas, para nos ajudarem no trabalho junto aos penitenciários e junto aos egressos do sistema penitenciário, como também aqueles que atuam no programa Themis.

E com isto os estudantes injetaram sangue novo do sistema.

Revitalizaram-no no seu funcionamento, trouxeram idéias novas, porque o estudante é muito idealista e com a presença do estudante, mudou-se completamente o panorama dentro da penitenciária.

Temos cerca de 116 estudantes trabalhando conosco em regime de bolsa de trabalho.

Nós pagamos para o estudante. Ele recebe uma remuneração mensal, uma bolsa mensal, anual, no caso anual, para dar a sua contribuição através do seu trabalho.

São estudantes que atuam nas seguintes áreas: Direito, Psicologia, Serviço Social, Educação Física, Medicina, Odontologia, Economia, Estatística, Administração, Contabilidade, Pedagogia e Agronomia.

E estes estudantes também atuam nos nossos programas realizados no Interior.

Por exemplo, temos em Londrina 10 estudantes do programa Themis, nosso convênio com a Universidade de Londrina.

Em Cascavel, 5 estudantes, em convênio com a Faculdade de Cascavel.

Temos em Ponta Grossa, Jacarezinho e Apucarana, num total de 16.

E a programação agora para o interior vai atingir Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Paranavai, Palmas,

Paranaguá e União da Vitória.

Para no ano que vem fazemos um novo esquema. O Instituto de Orientação Laertes Munhoz é um instituto criado para dar assistência aos egressos no sistema penitenciário.

Quando o preso alcança a liberdade, ele, se quiser, isto é uma questão voluntária, deve comparecer ao instituto, se precisa de dinheiro para a viagem ele recebe lá no instituto, se precisa de dinheiro para a sua manutenção em sua viagem, se precisa de emprego o instituto se encarrega de arrumá-los.

Este instituto funciona também na base dos nossos estudantes estagiários sob a direção dos nossos funcionários de alta categoria.

Por exemplo, em 1976, foram fornecidas 403 passagens, 547 ajudas de custo. Encaminhamentos para o albergue: 12; para o Patronato, 61; empregos, 36.

Agora, diga-se de passagem, que isto representa 6 meses, porque o Instituto de Orientação Social foi criado em junho de 1976.

Para empregos, 36; para a LBA, 271; para a Junta Militar, para arrumar documentação, 275; carteira profissional, 42; identidade, 25; título de eleitor, 20; para os cartórios, 41.

O total de atendimento em 6 meses, no ano passado, 1.733.

Total de pessoas matriculadas no instituto, 105 e este ano já estamos com mais 141.

São os egressos que se cadastram lá, e, os nossos, no caso, por exemplo, as nossas assistentes sociais acompanham a vida do egresso — se ele vai para o emprego, ele é acompanhado e depois, as nossas assistentes sociais visitam a família do egresso, também para saber se está indo tudo bem, quando ele então recebe o calor humano e recebe, principalmente, a confiança de que ele está sendo assistido, que não irá ser perseguido outra vez, como em tempos atrás isto ocorria.

Nós temos outra coisa — recebido um apoio extraordinário da comunidade, porque a comunidade está se conscientizando de que o preso é uma pessoa igual a nós, que ele um dia cometeu uma infração, não pode suportar uma pressão social, econômica, sentimental ou seja lá qual for, mas, que ele é uma pessoa igual a nós.

Desde que ele ofereça condições de recuperação, desde que ele adquira confiança de que está recuperado.

E ele é observado, durante uma certa fase, pelos nossos estudantes de psicologia, do serviço social, de direito, de medicina, enfim, ele é observado.

Só depois de rigorosamente observado, é que o Instituto de Orientação Social o recomenda às empresas; então, ele já fez o curso na nossa penitenciária; o instituto tem as firmas cadastradas e vai saber quais firmas necessitam mão-de-obra de pedreiro, carpinteiro, ou de um auxiliar de escritório.

A relação das firmas, nós temos aqui 13, hoje temos 50 firmas que estão recebendo os egressos do sistema penitenciário, assim como aqueles que estão em prisão-albergue.

(Aqui está a relação, quem tiver interesse em saber os nomes das firmas, poderá fazer a consulta, depois).

Os patronatos que funcionam, como eu já disse, o Patronato Bethânia de Maringá, já deu atendimento a 86 egressos no ano passado, e este ano, a 104; o Patronato São Vicente de Paula aqui de Curitiba, atendeu 61; este ano, 96; o de Londrina foi inaugurado há questão de um mês, nós não temos ainda a estatística.

O Programa Themis consiste no atendimento aos apenas beneficiados pelo Instituto da Prisão Albergue; inclui-se também a assistência à fiscalização e o exato cumprimento das condições impostas à sentença de concessão.

Quais são os recursos humanos que dispomos para o Programa Themis?

Estagiários de orientação educacional, serviço social, direito, psicologia e de educação.

Atendimento — número atual do albergado no programa, 44 e, da prisão albergue, houve apenas uma revogação.

Vejam bem, o alto índice que estamos alcançando, graças a esta assistência. Apenas um caso de revogação da prisão albergue.

Quais são as atividades do Programa THEMIS?

Reunião dos albergados — foram feitas 30. Esta aqui é uma estatística do ano passado até dezembro; reuniões de avaliação e planejamento, 30; reuniões de supervisores de várias idades, 7; visitas aos locais de trabalho dos albergados, 5; visitas domiciliares, 9; encaminhamentos a empregos, 36; entrevistas individuais com os albergados, 53; acompanhamento de processos jurídicos, 22; acompanhamento e a presença do juiz e escrivão, 14; frequência dos albergados às reuniões, 92 por cento.

Eles são obrigados a comparecerem nos fins de semana ao Programa THEMIS, ali então se faz uma reunião com todos os nossos estagiários das várias disciplinas, eles são entrevistados, contam os seus dramas, os seus conflitos, e, eles comparecem com os familiares, não vão sozinhos. No final de semana trazem sua mulher, sua companheira, seus filhos, e aí se estabelece uma atividade social intensa; de tal sorte tem sido intensa, que, já se formou aqui no nosso Instituto de Orientação Social, um Clube de Esposas de Albergados. Aí elas trocam experiências, trocam impressões, uma conta para outra o seu problema, e, com isto, se estabelece uma convivência humana muito útil, que facilita o reequilíbrio da vida familiar do albergado.

Programas que cumprimos em 1976 — implantação de novos sistemas de trabalho; operação indulto; operação liberdade; Instituto de Orientação Social, Laertes Munhoz; estudo e inauguração do projeto de central de triagem e hospital penitenciário; implantação do Programa THEMIS; implantação e funcionamento do Patronato São Vicente de Paula de Curitiba; Lar Bethânia, em Maringá. Implantação de Serviços de Equipes Técnicas e disciplinares nas Penitenciárias, Profissionalização de Presos. No ano passado, mil; Curso de Treinamento de Pessoal do Sistema; Conclusão de 8 Unidades Assistenciais na Colônia Penal; mais 8 casas para cumprimento do regime de semi-liberdade.

Fizemos convênios com:

Universidades do Paraná: A Federal, a Católica, Fundação Universidade de Londrina e a de Ponta Grossa.

Faculdades: Evangélica de Medicina, Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, e Direito de Curitiba, Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti, Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho, Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama.

E mais, com o Sesi, Senai, Senac e o CIEE.

Seminários, fizemos em Curitiba, Jacarezinho, Londrina, Cascavel, Umuarama, e Ponta Grossa.

Esses seminários são feitos em ambientes universitários, com a participação dos estudantes de cada universidade.

Ciclo de estudos, palestras e reuniões nas Faculdades da Capital, Interior e etc.

Outros sistemas (isso não interessa). Isso são coisas mais internas.

Cursos: profissionalizantes, já expliquei, atividades esportivas, naturalizações, já expliquei.

Procuradoria Geral do Estado — Implantação — do programa de assistência judiciária em Curitiba, que pretendemos levar para o interior.

Quais são as metas que estamos cumprindo este ano?

Conclusão do Pavilhão da Penitenciária Feminina; conclusão da ala para o jovem-adulto na Penitenciária Central do Estado, que poderá ser inaugurada dentro de 60 dias; conclusão da Oficina-Escola na Prisão Provisória de Curitiba, que iremos inaugurar este ano; conclusão do auditório na Penitenciária Central do Estado, que é o teatro; conclusão da Unidade Armazenadora - Armazém e Silo na Colônia Penal Agrícola; início da

construção da Central de Triagem do Ahu; início da construção do Presídio (isto está superado); nova ala administrativa da Prisão Central de Curitiba; construção do Hospital Penitenciário, está no Ministério da Saúde, Patronato São Vicente de Paula de Londrina e implantação e funcionamento de Central de Informações de mão-de-obra.

Tem mais: temos o Fundo Penitenciário e o Fundo Penitenciário pretende elevar de 120 para 350 alqueires a área cultivada da Colônia Penal Agrícola; elevar de 20 mil para 30 mil a produção de carteiras escolares; elevar a produção agrícola (isso não interessa).

Ainda não consta aí porque é recente, mas está terminado agora também o projeto para darmos uma nova estrutura administrativa ao quadro de pessoal penitenciário; estamos criando carreira, dando estímulo ao pessoal penitenciário para ter acesso, para ter melhor remuneração.

Na verdade, a remuneração do pessoal penitenciário é baixa, nós estamos cientes desta verdade e, em razão disso, foram feitos os estudos para levarmos ao Governador, e, posteriormente, vir para a Assembléia, uma reestruturação do quadro do pessoal penitenciário.

Creio que assim, em rápidas pinceladas, pude dar uma idéia aos prezados colegas Deputados de uma Casa que considero minha, porque vivi 8 anos aqui, uma idéia do nosso sistema penitenciário, do que está sendo feito.

É verdade que há muitas coisas por fazer, ainda há muitas falhas, muitos erros, muitas deficiências, e estas deficiências como disse, foram acumuladas durante anos e anos porque só de há pouco tempo para cá é que a Administração do Estado, a Administração Governamental tem olhado com um carinho especial para o sistema penitenciário.

Sei que estas imperfeições não poderão ser eliminadas de todo, mas poderão ser abrandadas, poderão ser modificadas para melhor, e é justamente este objetivo que estamos perseguindo, estamos procurando.

É evidente que o sistema penitenciário, lidar com presídios constitui uma tarefa difícil, penosa, é um sub-mundo em que se conflitam paixões, ressentimentos, vinganças e são dramas humanos que precisam ser encarados com muita seriedade, para dar àquele homem que vive por detrás das grades um tratamento que atenda principalmente a sua dignidade e que dê a ele uma esperança de que poderá ter diante de si, perspectivas de um mundo melhor pelo seu bom comportamento, para alcançar certos benefícios legais. Mas, sobretudo, por saber que aqui fora, ele não será mais encarado como um estigma, mas será olhado como um irmão, que merece uma oportunidade de recuperação social para voltar a ser útil à sociedade em que vive.

Sr. Presidente, eu estou inteiramente às ordens dos Srs. Deputados para as perguntas que queiram fazer. Eu acho que é um tema que deve suscitar muitas indagações e eu estou aqui para responder, dentro do possível, aquilo que for objeto de interpeleção.

(PALMAS)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, membro da Comissão Especial de Assuntos Penitenciários.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Secretário Túlio Vargas.

Já é uma tradição em V. Exa., o brilhantismo e a cultura e eu que convivi com V. Exa. por tantos anos, vi confirmados, novamente, na exposição que fez à Casa, do regime penitenciário do Estado, o que deve ter convencido a todos os meus nobres Pares.

Participo de uma Comissão, na qualidade de Relator, na Comissão que foi requerida pelo nobre Deputado Nelson Bufara, que hoje por motivos talvez alheios à sua vontade, não se encontra presente. E esta Comissão originou-se de denúncias

recebidas, por esta Casa, por um elevado número de presidiários da Prisão Provisória do Ahú. Nós, a semana passada, os membros da Comissão, estivemos em visita à Prisão Provisória do Ahú e o que ali pudemos verificar, e esta explicação estou dando mais à Casa do que a V. Exa., Sr. Secretário, mas o que ali nós pudemos verificar foi que aquelas acusações eram totalmente infundadas.

Porque o Diretor da Prisão Provisória do Ahú nos fez uma exposição do funcionamento da Casa, expondo à Comissão, inclusive, um gasto que o presídio tem, per capita, que eu considere muito bom, porque segundo os cálculos que eu fiz hoje na Prisão Provisória do Ahú, se gasta meio salário mínimo em higiene e alimentação "per capita", média que acho excelente. Pudemos também verificar as condições internas do presídio e achamos também que dentro do que se pode esperar de uma prisão também as instalações são muito boas, a alimentação excelente. E o Diretor daquele Presídio nos deixou à vontade, para ouvirmos alguns dos signatários daquelas acusações. E o que nos causou também surpresa, foi que o Sr. Diretor não tinha nada preparado; porque nós chegamos lá de surpresa, e mandou que escolêssemos os nomes dos signatários que quisessemos entrevistar.

Então escolhemos nomes ao acaso, e todos negaram que tivessem apostado as suas assinaturas naquele manifesto acusatório contra a administração do presídio. E todos foram unânimes, os entrevistados, em afirmar que eram bem tratados, que a alimentação era boa e que não tinham queixa nenhuma contra o presídio. Nós concluímos, a priori, que as acusações eram apócrifas contidas naquele memorial.

Todavia, Sr. Secretário, dois fatos me perturbaram, ambos reconhecidos na brilhante exposição que V. Exa. fez. V. Exa. mesmo reconheceu. Primeiro, a superpopulação; segundo, padrões aprovados pela ONU, a Prisão Provisória do Ahú deveria ter cerca de trezentos habitantes, quando tem quase o triplo, mas V. Exa. já dispõe das medidas que o governo está tomando com a construção de novos pavilhões, com a adoção de prisão albergue e outras medidas, tendentes a diminuir, reduzir aquela superpopulação. Mas, o que me impressionou deveras, e V. Exa. também confessou frustrado, foi o fato de que, entre os detentos, se encontrarem pessoas, ou pelo menos, a maioria, com um índice maior de escolaridade que os próprios vigilantes. E aí que eu acho, é que precisam medidas urgentes do governo e até desta Casa, porque não é possível que um guarda de presídio, que tem a responsabilidade não só de vigilância, mas de zelar pela vida, pelo bem estar dos presidiários, receba a irrisória quantia de 1.100 cruzeiros por mês, não é possível; não se pode exigir de um homem que ganha 1.100 cruzeiros por mês, um grau de escolaridade melhor do que V. Exa. encontrou entre aqueles vigilantes, homens de carreira, homens com 10, 15, 20 anos de carreira, que com todas as vantagens e horas extras percebem cerca de dois mil cruzeiros mensais; isso é salário de fome, nada se pode exigir de homens que percebem vencimentos desta natureza. É por esta razão que existem os arreglos, onde às vezes, esses vigilantes malgrado a excelência da administração dos presídios, são obrigados a aceitar propostas menos honestas dos presidiários, em concederem certas facilidades. Então, eu acho que o grande mal está aí, a meu ver, por aquela rápida visita que fizemos, não nos aprofundamos nos problemas penitenciários, mas, a meu ver, esse foi o principal motivo que encontrei para acreditar, em parte, na veracidade de algumas afirmativas contidas naquele manifesto dos presidiários. Esta, a meu ver, é realmente uma questão que deve merecer a mais urgente das atenções, por parte de V. Exa., que tão bem, com tanto brilhantismo, tem se conduzido à frente da Pasta da Justiça. Também o número de vigilância. É verdade que há uma superpopulação, mas eu concluí, que, contando licença médica, licenças diversas, folgas, existe um número diário de apenas 35 vigilantes para cerca de 800 habitantes

da prisão provisória. Eu acho um número muito pequeno para que a vigilância possa realmente, dar cabal desempenho às suas atribuições.

No mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na qualidade de relator, concluí, é verdade que não terminamos ainda o nosso trabalho, mas à primeira vista, concluí que aquele manifesto é totalmente apócrifo, porque os presidiários negaram terem apostado suas assinaturas. Em segundo lugar, 95 por cento das acusações ali contidas são graciosas e até caluniosas.

Eu quero me parabenizar com V. Exa., pela brilhante exposição que fez, e com o Major Eliseu Furquin, e seus dignos auxiliares, que, realmente, a Prisão Provisória do Ahú é um modelo. Os Srs. Deputados que não acreditarem nas minhas afirmativas, podem visitar e verão que é um modelo, dentro do que se espera de um presídio, é um modelo.

De um presídio não se pode esperar algo de extraordinário, mas, em matéria de tratamento humano aos detentos, eu achei muito boas as instalações da Prisão Provisória do Ahú.

E, portanto, era isto, Sr. Presidente, nobres Deputados, o primeiro testemunho que eu queria dar a respeito do trabalho daquela Comissão.

Lamento, mais uma vez, a ausência do Presidente — Ah. Está aí o nobre Deputado Nelson Buffara, que poderá confirmar a veracidade das afirmativas que eu aqui fiz.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). O SR. TÚLIO VARGAS — Agradeço, nobre Deputado Erondy Silvério, por conhecer o seu espírito imparcial e de um homem destemeroso. Tem um grande valor este depoimento de V. Exa.

V. Exa. tem razão ao observar esta defasagem na remuneração dos nossos funcionários.

A Secretaria não está indiferente nem omissa nesse particular. Já expliquei à Casa há pouco, que nós estamos já com o projeto pronto, e já foi aprovado inclusive na Secretaria da Justiça, agora vai para a Secretaria de Recursos Humanos, para nós criarmos essas carreiras. Porque não basta dar melhor remuneração, é preciso também qualificação do pessoal.

E o pessoal está se sujeitando a fazer cursos de aperfeiçoamento. É um bom sinal. E, estimulados com isso, é que nós entendemos então de reestruturar essas carreiras e encaminhar este projeto ao Governador, para que S. Exa. na devida oportunidade, encaminhe a esta Casa.

Agora, V. Exa. elogiou com muito acerto, a Prisão Provisória de Curitiba, como modelo. Eu gostaria de convidar os Srs. Deputados para conhecer as demais organizações penais; também são modelos. A Penitenciária Central do Estado; a Penitenciária Feminina e a Colônia Penal Agrícola, são realmente presídios que cumprem a sua finalidade, dentro de um tratamento profundamente humano. E posso dizer, que as outras unidades da Federação, já têm recorrido a nós pedindo a nossa colaboração para que levem aos seus Estados, a experiência que estamos vivendo no Paraná.

Continuo às ordens dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a inscrição do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que fará uso da palavra, representando a ilustrada bancada do Movimento Democrático Brasileiro. Depois de haver cedido a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, com a anuência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, gostaria de tecer certas considerações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, o Sr. Deputado Nelson Buffara, Presidente da Comissão Especial de Assuntos Penitenciários.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu queria dizer das razões que me levaram a chegar somente agora, às 16,00 horas. Momento em que eu havia

programado com o Sr. Secretário de Justiça, Deputado Túlio Vargas, que seria a hora em que ele chegaria a esta Casa, às 16 horas, quando ficou programado: quarta-feira, às 16 horas, para que nós iniciássemos as nossas conversações; e a explanação que S. Exa. faria nesta Casa e creio eu que essa explanação já foi feita. Eu cheguei exatamente na hora prevista.

Peço excusas, por não saber que o Sr. Secretário chegaria um pouco antes. E não tive o prazer de ouvir a sua explanação. Que, com certeza, deve ter sido das mais brilhantes.

Entretanto, eu, como já disse o Deputado Erondy Silvério: aquele Deputado, eu e mais o Deputado Enéas Faria, em visita ao Presídio Provisório do Ahú, ocasião em que o Sr. Diretor — isso tudo eu tive oportunidade de dizer ontem, desta tribuna — o Sr. Diretor nos recebeu com fidelidade, nos pondo a Casa toda à disposição, permitindo que nós devassássemos o ambiente se assim entendéssemos, se assim quiséssemos. E, nesta altura dos acontecimentos, nós entendemos que deveríamos entrevistarmo-nos com alguns presos; escolhemos este ou aquele, de acordo com nossa conveniência, e nada constatamos, como disse o Sr. Deputado Erondy Silvério, de anormal, de irregular, segundo o depoimento dos presos. Por eles nada foi dito. Evidentemente, o nosso acesso, não que tivesse sido limitado, mas as condições tempo — ficamos lá por duas horas e 15 minutos talvez. Aproximava-se a hora do almoço; nós não quisemos causar transtornos à Direção do Presídio. Pretendíamos e pretendemos, talvez, em uma outra oportunidade, aprofundarmos mais na nossa pesquisa, não querendo encontrar, perdendo-me a expressão — “chifre na cabeça de cavalo”; mas, Sr. Secretário, nós queremos, isto sim, desincumbir-nos da função que nos foi atribuída e darmos um desempenho cabal e podermos de uma vez por todas, darmos o nosso testemunho que será insuspeito e, sobretudo, o porquê representamos o Poder Legislativo. V. Exa. há de convir conosco que se estas dúvidas foram levantadas e foram suscitados problemas, em função de denúncias que nós procuramos averiguar se eram denúncias providas ou não de fundamento.

A primeira impressão que tivemos — quero confessar a V. Exa. — foi boa, nada de anormal encontramos.

A imprensa noticiou, não sei se V. Exa. teve conhecimento — que um preso tinha morrido de tuberculose na Prisão Provisória do Estado. Depois, foi noticiado que a morte tinha sido consequência de pancadas recebidas naquele presídio. Não sei se V. Exa. mandou instaurar inquérito competente.

Gostaríamos de saber quais as razões deste triste acontecimento naquele presídio.

Sr. Secretário, quando esta Comissão encerrar seus trabalhos, o seu Relator, Deputado Erondy Silvério, relatará o que achar conveniente e aí então, a nossa missão estará encerrada.

Muito obrigado.

O SR. TÚLIO VARGAS — Sr. Deputado, se eu estivesse no lugar de V. Exa., também teria proposto a constituição de uma Comissão, porque acho que toda denúncia deve ser averiguada. V. Exa. nada mais fez do que cumprir seu dever como representante do povo.

Eu também, na Secretaria do Interior e Justiça, necessito da cooperação dos Srs. Deputados, na elucidação de denúncias. Sei que o Deputado pode oferecer muito, porque, quem está confinado é sempre um revoltado contra alguma coisa. Isso é natural.

Portanto, acho que todas as denúncias devem ser averiguadas. E tanto isso é verdade, que, tão logo este fato ocorreu, constituímos, paralelamente, um grupo de trabalho composto por um representante do Sindicato de Jornalistas, um da Ordem dos Advogados, um da Associação dos Magistrados e um representante do Ministério Público, para que nos ajudem, fazendo correções também no sistema penitenciário. Porque faremos estar atentos a quaisquer irregularidades para que possamos saná-las.

Quanto à pergunta que V. Exa. fez, referente à morte de um interno da Penitenciária Central, informo-me agora, o Diretor Luiz Aleixo, que esse fato ocorreu no Dispensário de Tuberculose que existe naquele presídio, que o detento recebeu tratamento adequado, a morte ocorreu no dispensário, sem agressão ou pancada. Foi isso que o Diretor me explicou agora. O Coordenador estava presente e um representante do Instituto Médico Legal foi fazer o diagnóstico.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Inscrito, para arguir, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, da bancada do MDB.

A Presidência sente-se no dever de pedir excusas ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, tão somente para anunciar a presença, neste Plenário, para honra dos Srs. Deputados do Estado do Paraná, de S. Exas. os Srs. Deputados do grandioso Estado de Goiás.

A Presidência solicita dos eminentes Deputados goianos, desculpas por atrasar um pouco a sessão conjunta já marcada para com os Deputados paranaenses. Todavia, ensaja esta Presidência a oportunidade para que Ss.Exas. assistam ao término desta sessão em que este Poder recepciona S. Exa. o Sr. Deputado Federal, Odilon Túlio Vargas, Secretário de Justiça do Estado do Paraná, que a convite da Comissão Especial que trata de assuntos presidiários aqui fez, na tarde de hoje, exposição do sistema penitenciário paranaense e democraticamente, como parlamentar que é, egresso também desta Assembléia Legislativa do Estado, responde democraticamente às arguições dos Deputados paranaenses.

Devolve a Presidência a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eminente Sr. Procurador do Estado, Dr. Guilherme Maranhão, Secretário de Justiça, Túlio Vargas.

Coube-me a honra, em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, formular algumas indagações a V. Exa. São exatamente no sentido de trazer à Casa, subsídios para a apreciação desta denúncia que foi recebida.

Inclusive, é conveniente lembrar que esta Comissão foi pedida pelas duas lideranças. É uma iniciativa de conjunto.

Secretário, o Deputado Nelson Buffara apresentou, num dos tópicos que eu queria saber e se pudesse informar — qual o índice de óbitos verificados anualmente nas nossas penitenciárias?

O SR. TÚLIO VARGAS — Evidentemente, eu não tenho elementos imediatos. Mas consulto o nosso coordenador penitenciário, que poderá me ajudar para responder a esta pergunta.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu queria saber se são em números que chegam a ser alarmantes, ou se são reduzidos.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, sem desejar interromper, informa que se o Sr. Assessor desejar responder a arguição, poderá fazê-lo da tribuna, se desejar.

O SR. ASSESSOR — Apenas dois óbitos na Penitenciária Central do Estado e dois óbitos na Prisão Provisória de Curitiba.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

Eu gostaria de dizer também de que “a priori”, entendo de que toda a denúncia do cidadão que se encontra encarcerado, deve ser tida com reservas. Como também acredito que não se deve encontrar como único e exclusivo meio de provas toda a confissão do preso. Porque o cidadão que está encarcerado, que está confinado, sempre teme possíveis e futuras represálias, por aquilo que possa dizer.

Então, eu acredito que realmente esta denúncia tem alguns tópicos que não correspondem à realidade. Mas ela traz um aspecto importante, o qual seja, de a Casa saber se existe um mecanismo no nosso sistema penitenciário, de uma preocupação constante de não fazer uma fiscalização, apenas quando se recebe uma denúncia destas. Mas se existe dentro da Secre-

morte natural. Gostaria que V. Exa. tomasse ciência desta notícia e procurasse contestá-la, desde que V. Exa. contestou-a aqui em Plenário.

O SR. TÚLIO VARGAS — Não, eu não contestei, apenas transmiti a informação do Diretor da Penitenciária Central do Estado. Sinceramente não tinha conhecimento do fato. Tenho viajado constantemente e o Diretor não teve oportunidade de comunicar-me, mas estou apenas transmitindo a informação do Diretor.

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa., como Secretário de Estado deve, apenas para resguardar-se tomar conhecimento desta nota, respondendo e esclarecendo a opinião pública. Peço licença para ler a nota que está em minhas mãos (Lê):

"Tuberculoso tem morte suspeita na Penitenciária (é o título). Manoel Rosário dos Santos morreu encarcerado na Penitenciária Central. Segundo declarações oficiais da Penitenciária, ele estava em um cubículo especial para tuberculosos e às 10,30 de ontem foi encontrado morto. Às 12,20 horas seu corpo deu entrada para autópsia, no Instituto Médico Legal, como morto, naturalmente. Mas, durante a necrópsia, verificou-se que ele estava com a bexiga estourada, o que veio provar que ele não morreu de doença, mas por levar pancadas. A Delegacia de Homicídios registrou em seu livro de ocorrências como morte suspeita. Mas todas as dúvidas poderão ser dissipadas com o correr do Inquérito que se abriu, no dia de ontem, para que a morte do prisioneiro se esclareça. Nota do "Diário Popular" de ontem, terça-feira. Nobre Sr. Secretário, essa nota foi lida e V. Exa. tem o direito, a fim de que essas dúvidas possam ser dirimidas e contestadas, se não for verdadeira a notícia inserida por esse matutino.

Não temos mais nada a perguntar a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. TÚLIO VARGAS — Então, creio que não há mais nenhuma indagação a fazer. Eu quero agradecer a oportunidade que me deu o Presidente da Casa e o Presidente da Comissão Especial que trata de assuntos penitenciários para fazer esta exposição, fazer um apelo aos Srs. Deputados que me ajudem nesta tarefa, tarefa ingente, tarefa penosa e pesada, é verdade, preciso dessa colaboração, da sua fiscalização, principalmente porque eu acho que qualquer ação no campo penitenciário para aperfeiçoar o sistema depende do esforço, da compreensão, da solidariedade, do auxílio de todas as forças que fazem parte da comunidade. Ninguém melhor do que o representante do povo está à altura de nos ajudar a cumprir esta missão.

Quero também aproveitar a ocasião para saudar os Srs. Deputados do Estado de Goiás, que estão visitando Curitiba, prestar a minha homenagem àquele Estado que eu conheço e que admiro tanto, e esperar que esta visita seja altamente proveitosa para um melhor entrelaçamento das relações afetivas entre Parlamentares de dois Estados que estão predestinados a ocupar um lugar de relevância na Federação Brasileira.

Sr. Presidente, o meu muito obrigado por esta oportunidade. (PALMAS). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece ao Sr. Secretário dos Negócios da Justiça do Estado do Paraná, por haver comparecido e democraticamente debatido com os Srs. Deputados, aspectos do Sistema Penitenciário Paranaense. Determina a Secção de Taquigrafia, que faça chegar às mãos de S. Exa. cópia das notas taquigráficas em que se abrigam os debates, bem como exposição feita por S. Exa.

E ao Departamento Legislativo, faça publicar no Diário da Assembléia Legislativa tudo o que nesta Secção foi registrado, para que a Comissão Especial de Assuntos Penitenciários possa, no futuro, analisá-las.

A Presidência solicita dos eminentes Srs. Deputados Nelson Buffara e Ivan Rüppel acompanhem S. Exas., o Sr. Secretário Túlio Vargas e o Sr. Desembargador Guilherme Maranhão,

enquanto permanecerem no recinto desta Casa.

Levanta a sessão por dois minutos, reinstalando-a para a sessão conjunta com os Srs. Parlamentares de Goiás.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Convido para tomar lugar à Mesa, os Exmos. Srs. Deputados:

Adjair Lima — Digníssimo Presidente da COIMPAR — da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, e o Sr. Deputado Clarimar Fernandes, DD. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás.

Está reaberta a sessão.

A Mesa está composta pelo Exmo. Sr. Deputado Lázaro Dumont; pelo Exmo. Sr. Deputado Augusto Carneiro e honrosamente abriga o Sr. Deputado Adjair Lima, Presidente da COIMPAR. E o Sr. Deputado Clarimar Fernandes, DD. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

Visitam este Poder os Srs. Deputados Antônio Pereira, Juracy Teixeira, Raimundo Marinho, Volnei Siqueira, Getúlio de Souza, Luís Soyer, Manoel Libâneo, Domingos Monni, Wilton Cerqueira, Ênio Pascoal, Clépino Araújo, Jesus Meirelles, Domingos Venâncio, Sérgio Caiado, Humberto Xavier, Mário Cavalcante, Wander Arantes, Costa Lima, Derval de Paiva, e Tobias Alves.

Acompanham os Srs. Parlamentares, jornalistas:

Cleuirimar de Souza e Valterly Guedes.

Estão também compondo a ilustrada comitiva de Goiás, os Srs. Deputados Vicente Miguel, Iran Saraiva e Genésio Barros.

A Presidência deseja aos Srs. Deputados que a sua estada entre nós, possa representar o estreitamento dos laços de amizade que sempre uniram os Estados do Paraná e de Goiás.

Faz votos que Curitiba, de resto, o Paraná, seja para todos uma extensão da terra e dos lares de cada um, e que se faça presente a hospitalidade paranaense, porquanto, o Paraná, que nós orgulhosamente afirmamos constituir-se, a terra de todas as gentes, possa, realmente significar nesta síntese do Brasil de hoje, a hospitalidade do brasileiro; ao mesmo tempo que solicita dos eminentes Srs. Parlamentares, desculpas, se esta sessão sofreu o atraso de 30 minutos na sua instalação.

Todavia, problemas de ordem parlamentar assim determinaram.

Para falar em nome do MDB, saudando os Srs. Parlamentares, ocupará a tribuna, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, da bancada do MDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados componentes da Mesa, Srs. Deputados eminentes colegas do Estado goiano, nobres Pares.

Realmente a tarefa a mim incumbida, é difícil mas é gratificante.

Gratificante porque ao termos a oportunidade de receber homens com a mesma função que nós exercemos, com eles trocamos idéias; com eles num momento breve, é verdade, alçarmos aos céus deste Brasil, os anseios que nos vão à alma. É gratificante para um homem do povo, para um representante do povo, ao notar ao sentir, que os anseios que nós sentimos são correspondidos pelos irmãos brasileiros, postados no coração do Brasil.

Para vos saudar, retirei do sociólogo Henrinque Fernandes Cardoso, ao falar sobre o tema: "Liberdade", nesta citação:

"A taxa de urbanização é muito rápida no Brasil, há processos rápidos de transformação e o peso da economia urbana é crescente na economia nacional, os mecanismos da vida na cidade têm um peso cada vez maior; todos sabem o que está acontecendo no campo, uma grande camada de trabalhadores rurais se evade para a cidade, enfim, nós temos um outro país!

Este outro país não é fruto de 1964, não é fruto de 1968, é fruto de todos nós; é fruto de um trabalho efetuado há muito tempo. Neste país existem certas características que são bem

conhecidas por qualquer pessoa que tenha noção de sociologia. É um país no qual os meios de comunicação aceleram-se violentamente; é um país no qual as expectativas dos níveis da educação aumenta dia a dia. É um país no qual a preocupação com a saúde dos filhos cresce, onde existem esperança, movimento. Nós não estamos num país que se caracterize pela estagnação. Nós não estamos num país marcado por uma sociedade que pudesse ser comparada a uma sociedade de castas ou de extrema miséria, como na África ou na Índia. Existem no Brasil, áreas de extrema miséria, mas existe, também, nessa sociedade, um movimento que vai noutra direção. É um país que tem vontade, e ela se percebe a cada momento, na vida universitária, nas eleições, por esse mesmo fato que estamos todos nós aqui tentando discutir um tema que diz respeito a algo mais permanente para a sociedade brasileira e para todos nós, enfim, é um país que tem uma sociedade dinâmica, o povo em permanente estado de tensão porque quer mais e melhor."

"Cumpra-me em nome de uma ponderável parcela de paranaense, aqueles que acreditam no Poder Legislativo e por isso nos outorgaram mandato, dar-lhes as boas vindas. Não boas vindas para cumprir uma simples regra protocolar, mas para dizer-lhes do alto significado que representa a presença de Vossas Excelências em nosso meio.

Sede bem-vindos, irmãos brasileiros.

Das diferenças e também das semelhanças de nossos Estados, compilamos dados para alicerçar, subsidiar, as importantes tarefas que nos aguardam, e que o povo de nós espera.

Levem deste Estado litorâneo e fronteiriço, para informar ao Estado Coração do Brasil, o grande anseio de desenvolvimento que nos impulsiona. Não desenvolvimento material e estatístico a que infelizmente nos acenam hoje. Não desenvolvimento da máquina tecnoburocrata que massifica e estereotipa a pessoa humana a simples dados de computador, que informa o crescimento econômico e material do Estado.

Levem Vs. Exas., ao nobre povo goiano, o abraço fraterno dos paranaenses, que anseiam um desenvolvimento não apenas econômico e material, mas também social, político e cultural. Paranaenses que suportam elevado onus para a Nação brasileira, e, como todos os demais Estados, perderam a autonomia de fomentarem suas próprias riquezas, de explorarem seus próprios recursos naturais. Este Paraná que entrega 5 por cento do seu território para a construção de usinas hidrelétricas a servirem e serem exploradas pela União; este Paraná do café, do soja, do trigo, do milho e madeira a suprir o mercado interno e responder nas cotas de exportações. Este Paraná com uma única Universidade Federal, mas com milhares de brasileiros vindos de outros Estados, que aqui estão aurindo o saber sob as custas do imposto dos paranaenses; este Paraná que oferece uma das maiores taxas de crescimento demográfico e cuja formação do povo que aqui vive é a verdadeira síntese da raça nacional; enfim, este Paraná, como Goiás, São Paulo, Pernambuco e todos os demais núcleos da federação, reconhecem ter perdido a sua autonomia política e administrativa, face a intervenção constante e permanente do Poder Central. Hoje, a Federação Brasileira é uma federação de fachada, eis que de Brasília partem as ordens e traçam-se as prioridades, porque impera a tecnocracia que nivela as pessoas, as instituições e hábitos em simples números de pranchetas mágicas a comporem planos mirabolantes, e quase sempre irrealizáveis.

Fiquei em dúvida, do que poderia dizer a Vs. Exas., nesta oportunidade, como homem de oposição. Fácil a mim seria se tivesse que saudar apenas aos companheiros do MDB goiano. Todavia, a missão que traz aqui Vs. Exas., foge a qualquer sentido político e partidário e como tal, cabe a nós, igual comportamento. Entretanto, falo a PARLAMENTARES. Falo de uma Tribuna Parlamentar. E como bem disse o imortal Vieira de Castro:

"A Tribuna Parlamentar nunca se rebaixa nem se avilta quando louva ou quando acusa, por mais exagerados que sejam os louvores, por mais veementes que sejam as acusações".

isto porque

"O orador político eleva na tribuna a sua alma com sua eloquência, e seu caráter com suas palavras, o seu gênio de homem de estado com os seus discursos, o seu patriotismo com suas idéias, e, muitas vezes o seu sangue com as suas opiniões".

Espero ter a indulgência do vosso entendimento para as afirmações que levanto desta tribuna, afirmações e discursos, que diariamente são proferidos em todos os parlamentos, como nesta majestosa Casa de Leis, mas que aqui, como nos outros, no ribombar de quatro paredes estão condenados ao silêncio pelas limitações que o Poder de Legislar, hoje viu-se encurralado, nesta Nação.

Como representantes do bravo e culto "povo goiano", bem sabeis que talvez fosse melhor um templo mais singelo do que este que estamos, mas que contivesse maior significado e portasse maior representatividade no seio do ordenamento social e político da Nação. De que vale a imponência e majestade das pirâmides egípcias, se ao adentrarmos nelas, apenas cinzas, bolor e silêncio encontramos. Porém ao percorrermos a aridez dos desertos, as pedreiras das montanhas, a pobreza dos casebres e dos campos que o Cristo pregou, sentimos a imortalidade vivificadora da sua obra que jamais ficou em silêncio, eis que ela se dirigiu ao homem e não à matéria.

Diante disso, ousa dizer-vos, irmãos brasileiros, de que nada vale a grandiosidade dos edifícios dos nossos Parlamentos de que o Congresso Nacional é o protótipo, se sobre ele paira a ameaça castradora das grandes iniciativas nacionais. Com medo o homem não tem liberdade. Com a força instalada no Executivo as instituições não progredem. Com o arbítrio a justiça some. Com a ausência do Poder Popular, Nação e povo algum atingirá o "desideratum" democrático, porque todos os esforços são canalizados e sugados pelo Leviatã, que não apenas aniquila a pessoa, mas que tira-lhe a espiritualidade que o distingue do materialismo.

Espero, pois, a compreensão de Vs. Exas., pelo fato de não ter balizado minhas palavras dentro das questões meramente estaduais a que estamos confinados, mas acredito que neste quadrante da vida parlamentar, coisas maiores e bem mais importantes nos dizem respeito. Sei que é anseio de arenistas e emedebistas a volta ao Estado de Direito, como o é de toda a Nação.

Este ponto é pacífico, as discordâncias surgem, ao entretanto, não apenas no "Modus Fasciendi" do novo regime, mas como e quando ele deve vir. Nós sabemos que ele virá porque é a Nação que o deseja.

Quanto a isso saibam Vs. Exas., que a bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Assembléia, está ansiosa para respirar o clima de um novo ordenamento jurídico. Um clima onde os Estados Federados possam traçar através de suas Assembléias, as prioridades e esquemas governamentais; uma Federação onde o Poder Central coordene, mas não anule os governos estaduais. Uma Federação onde o "povo goiano", pelo voto secreto e direto, diga à Nação Brasileira, quem deverá ser seu Governador, seus senadores e deputados. Uma Federação em que cada Estado possa destinar aos seus Municípios recursos em proporções suficientes e satisfatórias para suas gestões administrativas. Uma Federação enfim, em que Parlamentares, reunidos como nós, possam efetivamente legislar e exercer o poder de fiscalização a que o Povo nos outorgou. Este é o anseio que a nossa bancada tem, esta é a posição, acredito desta Casa, altamente honrosa com a visita de Vs. Exas., a quem é feito novo convite, para aqui se fazerem presente no II Simpósio de Soja, no próximo mês de outubro, como estaremos nós paranaenses presentes na realização do III, a ser realizado em vosso Estado no próximo ano."

Esta Assembléia espera, nobres colegas, Sr. Presidente, contar com a vossa presença para tratarmos de assuntos concretos, para tratarmos inclusive da realização do III Simpósio Nacional do Soja, que deve ser realizado no vosso Estado.

Muito obrigado.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Para falar em nome da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Vice-Líder da ARENA, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Ivo Thomazoni; Primeiro Secretário em exercício, Deputado Augusto Carneiro; Segundo Secretário, Deputado Lázaro Dumont; Sr. Presidente da Comissão de Integração Interparlamentar, do Estado de Goiás, Deputado Adjair de Lima; Sr. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Clarimar Fernandes; meus prezados Colegas de Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Neste momento, ao saudar, em nome da minha bancada, a Aliança Renovadora Nacional, os eminentes Parlamentares do Planalto Goiano, quero afirmar da nossa satisfação em recebê-los nesta Casa de Leis, cujo encontro, em conagração, nos dá a oportunidade de um diálogo, tão necessário principalmente no momento de transição pelo qual passamos, diálogo este que, para nós representantes do povo, poderá servir como uma grande contribuição para a defesa dos interesses do povo, na grande contribuição de colocarmos o nosso País em condições de receber a plenitude democrática tão almejada por todos nós; plenitude democrática esta, que o País necessita, mas, com firmeza na paz, na segurança e no desenvolvimento dirigidos pelo eminente Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Srs. Deputados, nós sabemos da missão que trouxe Vs. Exas. ao nosso Estado, ou seja, conhecer, de perto, o nosso corredor de exportação. E eu peço permissão, neste instante, para fornecer a Vs. Exas., alguns dados, dados estes que fizeram com que o Governo do Paraná se empenhasse, às melhores condições de nosso corredor de exportação.

O Estado do Paraná tem uma superfície total de 201.203 km², correspondente a apenas 2,34 por cento da superfície total do Brasil; contudo, concentra 1/3 das melhores terras do País e suas atividades agrícolas, têm importância fundamental na conjuntura econômica nacional.

A agricultura é responsável pela maior parte dos empregos gerados pela economia paranaense — 62,4 por cento dos empregos, são no setor primário; 10,3 por cento, da indústria, e 27,3 por cento, no setor terciário.

Em 1973, os estudos estimavam que, 30,7 por cento da renda interna provinha do setor primário — lavoura, pecuária, e extrativismo vegetal; 14,4 por cento, do setor industrial; e 54,9 por cento, do setor terciário — comércio, serviços, governo, etc..

As atividades agrícolas do Paraná têm verdadeira expressão nacional, pois a produção paranaense corresponde a cerca de 20 por cento do total da agricultura nacional; em 1976 fomos:

— o primeiro produtor nacional de milho, com 4.700.000 toneladas;

— o segundo em soja, com 4.200.000 toneladas;

— o segundo em trigo, com 1.200.000 toneladas;

— o primeiro em feijão, com 587.800 toneladas;

— o primeiro em menta, com 2.500 toneladas de óleo bruto;

— o primeiro em café antes da geada de 1975, posição que poderemos voltar a ocupar, a partir de 1978.

As perspectivas de produção para 77/78: soja — 4.750 toneladas em 77; em 78, 5.800; milho — 4.700 em 77; 4.750 em 78; o trigo, 1.800 em 1977, 2.340 em 78; feijão, 590 em 77, 610 em 78; arroz — 800 em 77, 1.000 em 78; algodão — 310 em

77, 440 em 78.

O desenvolvimento da agricultura e a ampliação dos níveis de produtividade permitem prever para um futuro breve, alcançarmos 20 milhões de toneladas anuais.

Outra característica econômica importante é a vocação exportadora da economia paranaense.

Em 1974, o valor em divisas das exportações paranaenses representou 13,4 por cento do total nacional.

Em 1975, com exportações por Paranaguá, de US\$ 1,2 bilhões, o Paraná contribuiu com 13,9 por cento das exportações brasileiras; em 1976, o montante das exportações foi da ordem de US\$ 1,7 bilhões, correspondendo à cerca de 16 por cento das exportações brasileiras.

Estes dados permitem uma visão clara da importância do Corredor de Exportação do Paraná, que é ainda realçada se levarmos em consideração:

— a nítida vocação, do Estado para as atividades agro-industriais, face a seu potencial agro-pecuário e,

— as perspectivas favoráveis de colocação nos mercados nacionais e mundial, de produtos primários elaborados, em face da carência de alimentos observável no mundo e a expectativa de permanência desta configuração.

O PORTO DE PARANAGUÁ

Dentre toda a infra-estrutura de apoio ao Corredor de Exportação, desempenha importante papel o Porto de Paranaguá.

As principais características do Porto são as que seguem:

CAPACIDADE DO PORTO

A área de influência do Porto de Paranaguá estende-se por todo o Estado do Paraná e ainda abrange parte dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e a República do Paraguai.

O porto conta com dois canais de acesso, sendo que o canal da Barra Sueste (Barra da Galheta) tem uma extensão de 1.500 m, largura de 150 m, distância da Barra ao cais de 20 milhas, profundidade de 8 a 20 m, um cais geral com 2.106 m de comprimento, com calado de 8 a 12 m.

CAPACIDADE ESTATICA DO PORTO

Armazéns: 31 unidades, com área total de 92.644 m²;

Tanques para combustíveis líquidos: 31 unidades com capacidade de 90.250 toneladas.

Tanques para combustíveis gasosos: capacidade total de 2.436 ou 4.390 m³;

Tanques para óleos vegetais: Cargill S/A., — 2 tanques com capacidade total de 3.200 toneladas;

Frigorífico da Administração: Câmara com volume total de 2.900 m³.

Entrepósito Franco do Paraguai: área de armazenagem 4.000 m².

A capacidade de embarque do Porto de Paranaguá em 1976 era de 8.400 t/h, propiciando condições de embarque de 200.000 t/dia. Tal fato, aliado às crescentes condições de armazenagem e à intensificação das operações da Estrada de Ferro Central do Paraná, apresenta potencialidade para escoamento pelo Porto de 3.600.000 toneladas de grãos, com atendimento, nesse aspecto, adequado às necessidades estaduais."

Srs. Deputados, quero afirmar que, na vida pública o nosso prêmio é a possibilidade de podermos dar a nossa contribuição como Parlamentar, em favor do povo e também de agradecer o maior número de amigos. E neste encontro, como hoje, tão proveitoso para o diálogo como já disse, o conagração entre os Parlamentares dos dois Estados, apresento nesta oportunidade aos ilustres visitantes, os nossos votos de uma feliz estada nesta Capital e que levam o carinho e a amizade que o Paraná dedica ao povo goiano.

Muito obrigado.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — A Presidência tem a

satisfação de conceder a palavra ao Sr. Deputado Derval de Paiva, que na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, lidera a bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. DERVAL DE PAIVA — Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa deste Estado, Deputado Ivo Thomazoni; Exmo. Sr. Deputado Adjair Lima, Presidente da Comissão de Integração Parlamentar do Estado de Goiás; Exmos. Srs. Líderes do MDB, nesta Casa, e da Aliança Renovadora Nacional, Dep. Gilberto Carvalho e Dep. Trajano Bastos, Srs. Deputados de Goiás e do Paraná.

Nesse instante em que esta Casa do Povo se transforma quase que num Congresso, nós que residimos no Estado de Goiás, bem perto do Congresso Nacional, lembramos também daquela Casa. E, ao lembrar daquela Casa lembramos também de um grande cantor, na nossa concepção, Nelson Gonçalves, que num de seus belos versos ele disse que "naquela mesa está faltando ele, e a saudade dele está doendo em mim".

Morando em Goiás, perto do Congresso Nacional, eu queria dizer ao Estado do Paraná que naquela Casa está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim. Está doendo de saudade do poeta da democracia; está doendo de saudade, do timoneiro rumo à Justiça; está doendo de saudade do cançãoeiro da verdade, Deputado Alencar Furtado.

(PALMAS).

Prestada esta homenagem àquele grande Tribuno, àquele grande Parlamentar, eu gostaria de dizer aos Senhores Parlamentares do Estado do Paraná, que a afinidade dos goianos para com os paranaenses é muito grande; a afinidade do Estado de Goiás para com o Estado do Paraná é imensa. Basta crer, basta lembrar, que nas nossas manhãs o primeiro contacto é com o cafezinho, bebida verdadeiramente nacional. Nos nossos andaimos, nas construções em nosso Estado está a presença da tábua de pinho, aqui do Paraná. É o papel sobre a nossa mesa; é o trigo no nosso pão, enfim, tudo isso é Brasil e o Paraná irmana-se com o Estado de Goiás através de seus produtos. Mas, Srs. Deputados, criou-se na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, a Comissão de Integração Parlamentar. O objetivo desta Comissão, é de quando em vez, proporcionar aos parlamentares goianos, uma viagem por determinados Estados do Brasil. E desta vez, coube ao Sul.

Estivemos também no Sudeste deste País, passamos por Vitória, e conhecemos ali a realidade portuária; passamos pelo Rio, São Paulo, e chegamos aqui; fomos hoje à Paranaguá, e pudemos constatar ali, antes da exposição do ilustre Deputado que falou pela ARENA, das potencialidades deste Estado.

E o importante, é que sabemos que o Estado de Goiás também, é um Estado agrícola. Mas sofre juntamente com o Estado do Paraná, as agruras desta política agropecuária, tanto o pecuarista como o agricultor, vem sofrendo com as medidas de restrições ao crédito. E sendo esta Comissão de Integração Parlamentar; tendo este nosso encontro aqui o objetivo de conhecer a realidade deste Estado, é importante que cuidemos também, do aprimoramento e do fortalecimento do Poder Legislativo, para que ele seja forte bastante, para bater na porta do Governo Federal, das autoridades federais, que sensibilizados para esta grande verdade, para que este Estado, este todo Brasil, seja realmente, uma verdadeira Federação e não uma Federação sem Estado.

É da maior importância, que este Poder seja forte o suficiente, para exigir dos governos, principalmente, do Governo Central, a atenção devida a este setor que é sem dúvida nenhuma, o estandarte da economia do País.

Srs. Deputados do Estado do Paraná, quanto à integração, nem é preciso dizer, aqui nós recebemos aulas de integração, o sorriso do paranaense, é fácil; o abraço, é realmente cordial, e nós entendemos que é preciso de quando em vez, formar algum congresso. Hoje, estamos aqui nesta oportunidade, queremos fazer um convite para toda a Casa, para que ela vá também

a Goiás; que ela vá conviver conosco pelo menos um dia numa sessão especial como esta; para que possamos falar do Poder Legislativo, para que nós possamos falar de liberdade, para que nós possamos falar de um amanhã melhor.

Nós, Srs. Deputados, lá do planalto central, estamos ansiosos, estamos ávidos, que chegue o momento em que a família brasileira se dê as mãos, irmãos do Sul, irmãos do Nordeste, e possamos todos neste momento, cantar, pular, dar vivas à democracia, que nós estamos buscando há muitos anos, para que possamos devolver este País, a todos os seus filhos, porque em verdade ele é feito por nós, como diz a propaganda.

Mas é preciso que tenhamos participação nas suas decisões.

O objetivo dessa viagem, Srs. Deputados do Estado do Paraná, é congregar também com os Senhores. Sentimo-nos felizes, satisfeitos mesmo, em poder encontrar aqui, este Parlamento aberto, interessado, participante.

Amanhã vamos para o Rio Grande do Sul, talvez encerrando ali o nosso roteiro.

Mas, parafraseando outra música eu gostaria de dizer para os Senhores com muita sinceridade: — quem parte leva saudade. Nós vamos ficar com saudades do Estado do Paraná; nós vamos ter saudade da recepção; nós vamos ter saudade desse encontro extraordinário que vai marcar época na história de nosso Estado.

Muito obrigado aos Senhores; muito obrigado por esta oportunidade, em nome da bancada do MDB goiano. Mas vamos todos de mãos dadas, fazer tudo que for possível para que num breve espaço de tempo, este Brasil se transforme realmente no coração do mundo, na pátria do amor, e no berço da mais pura liberdade.

Muito obrigado. (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar em nome da Aliança Renovadora Nacional, da bancada do Estado de Goiás, ocupará a tribuna, S. Exa., o Sr. Deputado Genésio de Barros.

O SR. GENÉSIO DE BARROS — Exmo. Sr. Deputado Ivo Thomazoni, DD. Presidente desta Assembléia; Srs. Deputado Clarismar Fernandes, Vice-Presidente da Assembléia de Goiás, Deputado Adjair de Lima, Presidente da COIMPA, Srs. Deputados integrantes da Mesa Diretora desta Casa; Prezados companheiros de Goiás e do Paraná.

Goiás veio ao Paraná para escutar talvez o eco dos passos daqueles que pisaram esta e aquela terra. Marcando a coragem, dando presença do arrojo e a certeza de que, com o trabalho e a crença, a construção se faz.

Quem há algum tempo lá chegou, por aqui já havia passado. Os que aqui chegaram, lá foram, na certeza de que era preciso conquistar, para possuir. A terra estava descoberta, por acaso, inclusive, mas era preciso conquistá-la a suor e sangue, para tê-la em proveito dos próprios brasileiros, da época e dos que viessem depois.

O nosso Estado é enorme. Nós temos vaidade da sua superfície geográfica; mas o que mais nos causa orgulho é a certeza de que se hoje Goiás é Geografia, no nosso País, há de ser num futuro bem próximo, história também.

A terra é rica e dadivosa, como escreveu Pero Vaz de Caminha. E os "goianos" sabem; porque aprenderam há séculos, que não é crime nem vergonha, confessar a pobreza; mas sim vergonha e crime, nada fazer para deixar a pobreza.

Goiás tem feito e há de continuar fazendo muito, para que a pobreza que já se distancia de nós, esteja num futuro bem próximo, em horizontes distantes, dos quais nos recordemos, sem saudades.

Não temos a Serra do Mar; nem o vale maravilhoso que se descortina, diante dos olhos de quem vai de Curitiba a Paranaguá. A beleza da Serra do Mar, da sua vegetação, das suas águas, descendo pelas encostas; essa beleza que nos entrou pelos olhos,

nos atingiu a alma. Há em Goiás, não a da Serra do Mar, nem do mar; mas do Rio Araguaia, cujo vale inteiro, pode se transformar, tenho a certeza, num vasto e enorme celeiro, do país, e talvez do mundo.

As águas do Rio Araguaia, são bonitas. As suas praias são encantadoras, até sedutoras.

No Sul do Estado, temos as águas quentes que se transformam em verdadeiro manancial de prestígio não apenas para o Planalto Central, mas para o Brasil inteiro.

As nossas florestas nos desafiam e recebem de nós as mesma agressão que os brasileiros de outras plagas agrediram e destruíram. Também lá, o fogo dizima, como aqui já dizimou. E eu me lembro — não com saudade — mas, me lembro que, numa praça cívica, o Governador de então, do PSD, conclamará os goianos todos, para mandar ajuda à famílias sofridas, aterradas pelas queimadas do Paraná.

Não sei, e não tínhamos, naquela época, nem temos agora, condições de avaliar o flagelo — dizia-se lá. Mas, já — e tenho orgulho e saudades — a praça se apinhou de gente, de gente que sentia, no peito, na alma, o que deve ser burilado, o que deve ser cultivado, o que deve ser trabalhado. Porque, a cada dia, o homem, no mundo todo, e o Brasil é parte dele — os brasileiros somos todos população do mundo, cada dia que passa, nos transformamos mais em máquina, em pedra, em cal, em ferramenta para o trabalho.

O exterior tem nos causado mais preocupação que o interior. Quando, na verdade, o que fazemos, através do trabalho, não é apenas para saciar o físico, muito mais para alimentar a alma.

A Comissão de Integração Parlamentar da Assembléia Legislativa de Goiás traz-nos aqui para aprender e para dar. Para aprender na coragem, no valor, no trabalho dos paranaenses. Para doar a cada um que nos recebe, o nosso coração que pulsa ante a beleza, ante a cortesia, ante a fraternidade.

Não se manterá unido este País tão vasto, tão imenso apenas para procurar guardar suas divisas, há de integrá-lo todo, através do coração, da mensagem de crença e não da desesperança, porque não se pode esperar nada de quem apenas está descrente.

A descrença, é claro, faz parte de nós. Tenhamo-la ao entardecer, mas nunca ao amanhecer. Porque, o amanhecer é a hora da ação, do trabalho.

Não contribuímos, Sr. Presidente, Srs. Deputados do Paraná, com um percentual tão elevado, em exportação, nem em produção.

Mas, chegaremos onde o Estado do Paraná está.

As nossas terras são também férteis, não tão férteis como as daqui, mas se faltar fertilidade, há de nos sobrar exuberância de amor, de trabalho, de dedicação.

O que seria desta vastidão territorial se nós não tivéssemos a nos unir, além dos símbolos nacionais, a nossa própria língua. Quantas expressões aqui proferidas nos chegam com surpresa. Como nosso sotaque deve causar estranheza aos paranaenses! Um sotaque tão mais rígido, tão mais carregado!

Os jornais são letras que não causam eco. A televisão tem-la o Brasil inteiro, provém da quase que uma só unidade da Federação.

E o nosso território não é assim tão ilimitado que nós não tenhamos nos encontrar e congregar. Vimos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para aprender o grande desenvolvimento técnico do Estado de Vs. Exas. Em contrapartida, vimos dar-lhes a timidez, a alma derramada daqueles que estão crescendo, mas sabem, têm consciência, de que o crescimento, às vezes, não o é. Quanta beleza destruída em benefício do progresso! E nós não fazemos nenhuma consulta às gerações que virão, mesmo porque, elas não chegaram. Qual seria o melhor? Qual o mais útil? Qual o mais humano? O Progresso buscado às pressas, ou a Beleza que alimentaria a alma dos que

virão depois?

É ecologia que se destrói pela nossa sede, pela avidez do progresso rápido. O Brasil todo está vivendo e cada dia querendo viver mais intensamente, a hora das conquistas, e, imediatamente, quando poderíamos esperar para depois. Parece que de repente nós estamos descrendo de que o mundo é infinito, cujo fim não chega. E queremos usufruir, buscar, e na busca destruímos e não desfrutamos.

Sediamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Capital da Federação. Temos consciência que somos uma unidade da Federação. Uma unidade privilegiada geograficamente. Porque lá, por lá, hão de passar, pisando a terra, ou passando pelos ares, todos os do Sul que querem ir ao Norte ou ao Nordeste. Somos também a ponte de ligação para unir os nordestinos aos homens do Sul; e os do Norte também.

Aquelas passadas dos bandeirantes por lá ou por cá, estão ainda ecoando e nós sentimos que o nosso dever, a gama do aprendizado, a presença da oferta. Queremos ser, não apenas geograficamente, a ponte que liga o Brasil. Queremos ser, não apenas geograficamente, o coração da Pátria. Queremos, e mais do que queremos, fazemos para ser o coração físico e o histórico. Queremos ter a oportunidade, rara, e como sonhamos com esta oportunidade, de tê-los conosco, nas avenidas de Goiânia, tão lindas, tão amplas como as de Curitiba. E lá, não lhes há de faltar nem a cortesia, nem a fraternidade que aqui também vicejam. Não lhes há de faltar, e aí está o nosso gáudio, o sorriso alegre, jovial, de quem nada tem a temer, porque nada deseja de mal. O sorriso, franco e aberto, daqueles que estão construindo a sua grandeza e porque sabem que construindo a grandeza de Goiás, estamos construindo a grandeza do País.

Temos pressa, temos pressa, senhores, talvez mais do que qualquer outra parte do Brasil. Temos a pressa de crescer, mas de crescer sem destruir a alma nem o coração.

Aguardamos a todos em Goiânia, em Goiás. Lá verão, como vimos aqui, uma paisagem diferente. E basta ser diferente para que Vs. Exas. possam retornar trazendo no pulmão um novo ar, capaz de dar-lhes força sobretudo para andarem unidos o que talvez a geografia não possa, os brasileiros.

Para mantermos integral e integrado o nosso território é preciso que cada brasileiro podendo, faça essa integração. E são poucos os que podem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vimos aprender e a lição vai conosco, porque estamos conscientes de que para sermos bons parlamentares temos que conhecer a realidade de cada unidade da Federação, para não falarmos o que não sabemos, nem o que sentimos. O aprendizado está armazenado. A dívida, temô-la aqui, na esperança e na convicção de que o Paraná, através de sua Assembléia Legislativa, com todos os seus integrantes se possível, e aqui reitero o convite do ilustre Deputado Derval de Paiva, Líder do MDB, para que o Paraná todo através da sua Assembléia, vá a Goiás para trazer aos paranaenses o que alguns goianos já trouxeram, porque há alguns radicados aqui.

Queremos, Srs. Deputados, que o aprendizado não nos deixe nem cépticos, nem frios, nem humilhados ante a dívida que lhes trouxemos e, maior ainda, acumulada de ser, aqui está reservada em Goiânia e no Estado inteiro.

Agradecemos a Vs. Exas. a gentileza da hospedagem, mas, acima dela, o carinho, a fraternidade. Afinal, somos todos filhos de uma mesma Pátria. Se nossas idéias forem divergentes, talvez em aspectos políticos, históricos, sociais, são apenas divergentes dentro da dialética, porque, no fim, e por tudo, somos brasileiros querendo uma Pátria livre, ampla, sadia e a morada a todos os brasileiros!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece sensibilizada e confessa-se honrada por haver podido hospedar, neste plenário, que é indiscutivelmente a caixa de ressonância da vontade popular dos brasileiros que habitam as fron-

teiras do Estado do Paraná, tão ilustres representantes da coletividade brasileira de Goiás.

E, ao agradecer a oportunidade e a honra em haver podido hospedá-los, deseja que esta tarde-noite sirva para uma troca de impressões, porque, parece-nos, temos muito ainda que aprender com os brasileiros de outras plagas e das dimensões grandiosas do Estado de Goiás, do valor dos goianos que nós aprendemos a respeitar e a admirar.

Sabemos todos que muito poderemos nesta tarde-noite aprender.

Mas, estejam certos Deputados do MDB e da ARENA, de que as nossas deficiências físicas, nós, emocionalmente, de coração, desejamos poder superá-las para fazer-nos dignos da amizade, da compreensão e, acima de tudo, desejamos que o espírito de solidariedade humana possa sair fortalecido deste encontro.

Obrigado a todos os Srs. Deputados, e, neste agradecimento também, as desculpas se nós, parlamentares, não pudemos estar, como desejávamos, desde ontem, quando da chegada de V. Exas., juntos, acompanhando-os a Paranaguá, porque assuntos relevantes prenderam a todos na Capital do Estado.

Lamentamos, por outro lado, que V. Exas. não tenham podido, neste curto espaço de tempo, visitar as outras regiões deste Estado, todas progressistas como as do Norte do Estado do Paraná, as do Norte Novo, as do Norte Pioneiro, Oeste e Sudoeste também, porque teríamos a certeza de que haveria de se fortalecer em cada um a certeza de que neste Paraná se faz o que se pretende fazer neste País em termos de grandeza.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Aos Srs. Deputados Paranaenses, a Presidência informa que na sessão ordinária de amanhã, dia 01 de setembro, à hora regimental, votar-se-á a Ordem do Dia designada para hoje.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para amanhã, dia 01, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA ;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 211/77; marcando uma sessão extraordinária para sexta-feira, dia 2, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 211/77; e, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 2, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei Números: 26/77, 32, 40 e 79/77.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução Números 159/77, 205, 206, 207, 209, 212, 213, 214, 218, 219, 222, 223, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237 e 238/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 655/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8165, de 22 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

número 637/76, do funcionário LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula número 161, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 656/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o Número 8155, de 22 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na Comissão do II Simpósio Nacional do Soja, sem prejuízo de suas atribuições:

ANTÔNIO CARLOS DANTAS — Mat. 304

ZELMA LOPES WOJCICK — Mat. 176

MARLENE DE BRITO PERRONE — Mat. 222.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 657/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria Número 223/77, de 11 de abril de 1977, na parte que se refere a LENY SABOIA, matrícula número 127, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — autorizar a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, na 2a. Vice-Presidência, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de agosto de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 658/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 8259, de 23 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar RENATO FERNANDES SILVA JÚNIOR, ocupante do cargo em Comissão, de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 07 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 584/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e e acatando decisão da Comissão de Constituição e Justiça, constante do processo protocolado sob o Número 7693/77, de 08 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1o. — A dotação consignada no Orçamento do Poder Legislativo, destinado à Assistência Social, será aplicada por indicação dos Deputados, nos termos do presente Decreto, que serve de regulamento ao artigo 3o. e seus parágrafos da Resolução No. 19/69, de 15 de agosto de 1969.

Art. 2o. — Além dos casos previstos nos artigos 1o. e 2o. da Resolução No. 19/69, de 15/08/69, caberá, ainda, a aplicação da Verba de Assistência Social, por parte dos Senhores Deputados Estaduais, usando de suas respectivas quotas disponíveis no atendimento social aos necessitados, mediante:

- I- Aquisição de material escolar, instrumento de trabalho, alimentos, agasalhos, roupas de cama, medicamentos, aparelhos ortopédicos, auditivos, visuais, cadeiras de roda e outros auxílios análogos aos citados;
- II- Pagamento de bolsas de estudo para todo e qualquer curso com finalidade profissionalizante, inclusive cursos de primeiro e segundo graus, vestibulares e superiores, em estabelecimentos sediados neste Estado;
- III- Pagamento de hospitais, casas de saúde, pensões, empresas funerárias, empresas de transportes de pessoas e de mudanças, entidades esportivas amadoras desprovidas de recursos e empresas fornecedoras de material esportivo.

Parágrafo único — todo e qualquer pagamento somente será liberado mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços autorizados pelo Deputado Estadual, expedindo-se cheque nominal em favor da pessoa emitente dos documentos contábeis.

Art. 3o. — Este Decreto Legislativo entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 1.977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 585/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar ERNESTO PERACETTA, matrícula número 548, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de motorista, da Liderança do MDB, percebendo a gratificação de função, símbolo F-5.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 586/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o Número 6191, de 23 de junho de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar a pedido o Decreto Legislativo, número 389/77, de 19 de maio de 1977, na parte que designou para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, símbolo 4-F, do Departamento Administrativo, o funcionário ALZEMIRO

ARTIGAS, matrícula número 381, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — atribuir ao funcionário acima citado, função Graticificada 5-F, de Motorista do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 597/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6191, de 23 de junho de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar a funcionária MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES, matrícula número 538, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, função símbolo 4-F, do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ ROBERTO SOARES, PRONUNCIADO NO DIA 10 DE AGOSTO DE 1.977. REPUBLICADO POR HAVER SIDO IMPRESSO COM INCORREÇÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua em discussão a Proposição no. 384/77.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, a quem a Presidência recomenda observância dos dispositivos da Resolução no. 271.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbe-me inicialmente, como Líder do Governo, declarar que o Poder Executivo também está preocupado com a necessidade de se reestruturar, de se dar nova dimensão à Procuradoria Geral do Estado. Por isso mesmo, já tratou de iniciar os estudos que irão redundar em um anteprojeto de lei a ser remetido a esta Assembléia, possivelmente nos próximos dias.

Sabe e reconhece, o Governo do Estado do Paraná, a grande e extrema utilidade, da notável eficácia e da dedicação de todos os seus advogados, e, reconhece a premente necessidade de reformular a sua atual estrutura, modernizando-a, adequando-a às exigências profissionais e, mesmo, ao nosso tempo.

Sabe o Governo o quanto têm sido dedicados e zelosos os seus advogados na defesa dos interesses patrimoniais do Governo do Estado, e em consequência, na defesa de todos os valores da nossa comunidade.

Elaborei, na qualidade de relator, o parecer aprovado pela Comissão Especial que nos enviou a proposta do nobre Deputado Accioly Neto, o qual, conclui pela inconstitucionalidade da sua iniciativa, parecer este que, mereceu minuciosos comentários do autor da Emenda Constitucional, que eu passo, aqui e ali, a rebatê-la.

Antes porém, já que V. Exa., nobre Deputado Accioly Neto, criou uma imagem em que eu aparecia como a moça "preocupada que não sabia se segurava a saia ou abria o guar-

da-chuva", eu me lembrei, e vou deixar de relatar pela exatidão do tempo, a figura mitológica na Grécia, em que alguém tentava a qualquer custo adequar um objeto grande num móvel pequeno, e passou à nossa mitologia como a história do "leito de Procusto".

E, assim, parece o esforço de V. Exa., em dar um entendimento constitucional à sua proposta.

Entre os argumentos trazidos à colação pelo nobre Deputado Accioly Neto, é de que a lei a que se refere a Constituição, no seu art. 57, Constituição Federal, dizendo que: "É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que I — disponham sobre matéria financeira; II — Criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública; "seria tão somente a lei ordinária e que a interpretação há de ser restritiva.

A se acolher o argumento do eminente e culto Deputado Accioly Neto, de que a lei a que se refere a Constituição é a Lei Ordinária, e só ela poderia criar despesas, nós desdobraríamos tal argumento e, inevitavelmente, concluiríamos que o que não é lei pode aumentar a despesa pública.

Logo, Sr. Presidente, poder-se-ia adotar a norma de se criar aumento da despesa pública através de Decretos Legislativos, Resoluções ou outra qualquer norma que não seja Lei Ordinária.

Não vejo outro resultado na sua argumentação que não seja este.

Evidente que, quando o constituinte proibiu que tivesse iniciativa no Legislativo leis que criem aumento de despesas, pretendeu com isso abranger todo e qualquer ato normativo, sob pena, é evidente, de que tal dispositivo seria inútil ou ocioso. Sempre se valeria o legislador, da utilização de Decretos Legislativos, ou resoluções ou outras normas quais para, exatamente, burlar aquele princípio que é de uma rigidez reconhecível, atribuindo ao Executivo o único poder capaz de dar iniciativa a tais leis.

Trouxe o nobre e culto Deputado Accioly Neto, à discussão, aquele que, na minha opinião, pontifica hoje como um dos mais notáveis mestres do nosso constitucionalismo; exatamente o Professor José Afonso Silva, de quem tive a honra de receber, inclusive, algumas aulas.

Pois muito bem. É exatamente o Professor José Afonso Silva, no seu curso "Direito Constitucional Positivo" quem diz: "Limites do Poder Constituinte Estadual — A capacidade de alto organização dos Estados, efetiva-se como visto, pela adoção de Constituição própria e de competência normativa". E isso implica, primeiramente, na existência do Poder Constituinte de cada Estado-membro, donde surge o primeiro problema de organização, qual seja o dos limites do constituinte estadual".

Há graves discussões doutrinárias a respeito da natureza do Poder Constituinte Estadual, considerando-se, considerado, digão, Poder Constituinte decorrente; uns, negam-lhe verdadeiro caráter constituinte, porque é demasiadamente limitado, o que não se compadece com o conceito de Poder Constituinte que, em princípio, se tem por juridicamente ilimitado; outros, entendem tratar-se de constituinte de segundo grau, subordinado, secundário e condicionado — Gabriel Manoel Gonçalves Ferreira Filho, chama-o Poder Constituinte Decorrente.

Lembrem-se da distinção que fizemos entre soberania e autonomia. O Poder Constituinte originário, aquele que é fonte da Constituição Federal, é soberano; enquanto o Poder Constituinte Estadual, é autônomo. A soberania consiste na autodeterminação plena, nunca dirigida, por determinantes jurídicos extrínsecos à vontade do soberano, que é o povo na sua expressão nacional. Enquanto que a autonomia pressupõe, ao mesmo tempo, uma zona de autodeterminação, que é propriamente autônomo, e um conjunto de limitações e determinantes jurídicos extrínsecos que é heterônomo. A zona de determina-

ção é imposta à Constituição Estadual pela Constituição Federal que assegurou aos Estados, capacidade de auto-organizar-se, respeitados, dentre outros, princípios nela estabelecidos, os que enumera no art. 13. Esses princípios circunscrevem a atuação do constituinte estadual e podem ser discriminados em 3 grupos, como lembrou, em leitura idêntica, V. Exa.

Princípios constitucionais sensíveis, que são aqueles contemplados no art. 13, I e art. 10, VII;

Princípios Federais Extensíveis, art. 13, II a IX;

Princípios Constitucionais Estabelecidos.

Os dois primeiros grupos são princípios constitucionais enumerados. Muito bem, vejamos quais são os princípios federais extensíveis — consubstanciavam regras de organização da União, cuja aplicação a Constituição estendeu aos Estados; estão numerados no inciso II a IX, do art. 13.

"Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

"II, que é o decorrente do Princípio Federal Extensivo — "a forma de investidura nos cargos eletivos; III — o processo legislativo", e ainda o "V — as normas relativas aos funcionários públicos".

Artigo sete, ou melhor, art. 57, V, é exatamente aquele que nós já nos referimos — "É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que" evidentemente, por simetria, seria da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que, criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública. Evidentemente, é o caso da proposta de emenda constitucional do nobre Deputado, e, ainda, a emenda dispõe sobre servidores públicos. Esses princípios de adoção compulsória pelo Estado-Membro jamais poderá ser violado, quer através da lei ordinária, quer através de emenda constitucional. A propósito de artigo publicado, recentemente, um dos mais eminentes constitucionalistas do Paraná, no meu entendimento, que, por excessiva modéstia não tem tido o prestígio que está a merecer, quero me referir ao Dr. Reginaldo Fanckin, advogado e membro do Gabinete de Assistência Técnica desta Casa, escreveu um excelente artigo, que eu passo a ler alguns tópicos — Sabe-se que a estrutura do Estado Brasileiro, hoje, é, inequivocamente, centralista; prova-o, a insistência das manifestações saudosistas da velha autonomia dos Estados, muito mais do que, por exemplo, a casuística minuciosa enumeração das competências administrativas e legislativas da União, descritas ao longo de dezessete incisos, 29 alíneas e um parágrafo, do art. 80. das hipóteses de intervenção federal consequente da transgressão das coordenadas fundamentais do regime político, prevista no art. X, as amplas diretrizes visadas para organização dos Estados-Membros, consubstanciadas no art. 13, a regência do Sistema Tributário Nacional, inserida no texto do art. 18, do controle das operações de crédito realizadas pelos Estados, disciplinados nos incisos IV e V, todos da Constituição da República.

Este artigo veio a lume, a propósito de emenda há dias introduzida na Constituição do Estado de São Paulo, face a natureza do seu conteúdo estava ensejando tais comentários, e esta proposta exatamente pretendia dispensar a obrigatoriedade de concursos públicos para ingresso nos quadros burocráticos.

Diz mais o Dr. Reginaldo, em seu artigo: Por isso, a rigor, os Estados não possuem uma Constituição, no sentido político. E tanto é assim, que afora o espaço ocupado pelos restritos poderes a ela delineados na Carta Matriz, seus preceitos não resistem ao confronto como simples Lei Ordinária Federal. Por todos os modos, como é inerente aos políticos, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, travam cerrada batalha contra o monopólio de quase a totalidade das iniciativas de Lei, que as Constituições atribuem aos Chefes do Governo, através das mais variadas armas do arsenal técnico-le-

gislativo. Tudo em vão, porém. Os textos reforçadores do Executivo são de meridiana clareza, como diria o hemeuteo.

É evidente que estes comentários se prendem ao campo estritamente jurídico, pois poderíamos debater e questionar da sua perspectiva meta jurídica. As mais recentes fórmulas urdidas por determinadas Assembléias, no sentido de ampliar o seu elenco de prerrogativas, e em especial com a recuperação de permissivos, para iniciar o procedimento legisferante, que são os mais sedutores, o objetivo é incluir na Constituição através de emenda, a matéria a elas vedada para tratamento em forma de lei.

Como não está expressamente impedido de propor emendas à Constituição, excetuado o período de estado de sítio ou de intervenção federal, este meio à primeira vista parece adequado aos fins.

Na verdade a matéria objeto da emenda à Constituição Paulista, como a do Paraná, hoje, vantagem a servidor público, segundo o paradigma federal integra a lista de competência reservada só ao Poder Executivo. — do Processo Legislativo, art. 65, — do Orçamento e art. 109 — 1, dos Funcionários Públicos, cujas regras se incorporam automaticamente nas Cartas Estaduais por força do estabelecido no inciso V, do art. 13, segundo o qual são também de adoção obrigatória as normas relativas aos funcionários públicos. Aquela privatividade ratificada por três vezes, vem servindo para o Supremo Tribunal Federal, decidir sistematicamente, inclusive, que a sanção do Chefe do Poder Executivo, que não seria o caso da emenda constitucional, não corrige o vício de iniciativa.

Compreende-se, desta forma, porque ao Legislativo Estadual se apresenta entre outros tantos mais este limite ao seu poder de emenda à Constituição e que não o respeitando o Legislador, consumaria de um lado o tangenciamento daquela privatividade, mesmo pelo exercício de atribuição própria como titular do poder constituinte e derivado. E de outro, discreparia do modelo compulsório da Carta Federal.

Parece-me, de uma liquidez cartesiana, as palavras contidas no artigo do Dr. Reginaldo Fanckin. Quando defendo a tese de que há limitações no poder de reforma à Constituição, faço-o fundado entre outros, em Nelson de Souza Sampaio, que faz um excelente comentário a propósito da irreformabilidade de parcial de alguns dispositivos constitucionais. Assim é que além dos limites formais, adjetivos ou processuais representados pelas normas que a Constituição estabelece para a sua própria reforma há também os limites materiais que são sempre explícitos, podendo segundo ele, ser expressos, implícitos e inerentes.

Na medida em que sejam de adoção compulsória pelas constituições estaduais, estes princípios rígidos da nossa Constituição Federal, entre eles, que confere privatividade de iniciativa ao Executivo, naqueles projetos que pretendam aumentar a despesa pública, ou aquele também que confere privatividade ao Poder Executivo, de todas e quaisquer normas relativas aos funcionários públicos, é evidente, que se se admitisse a constitucionalidade do projeto proposto de emenda constitucional do nobre Deputado Accioly Neto, nós vulneraríamos tais princípios e passaríamos a, sempre que quiséssemos burlar tais dispositivos, nos valermos de emendas constitucionais.

O que é evidente e me parece, contraria inteiramente a sistemática de nosso Direito Constitucional.

Disse o nobre Deputado Accioly Neto, de que equiparação e vinculação já se encontram estabelecidas em nossa Constituição Estadual e mesmo na Federal.

Evidentemente, se encontram, estas sim, perfeitamente válidas, estas e só estas, porque entende, continuo entendendo que o Artigo 98 em seu § 1º — que proíbe a vinculação, mal

colocado, segundo entendo como parágrafo, não tem o efeito restritivo que pretende V. Exa.

Diz o § único — “que respeitado o dispositivo no Artigo — é vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.”

Me parece que a expressão “para efeito da remuneração de pessoal do serviço público” tem a extensão que eu pretendo dar. Porque se assim não fosse, também se vulneraria um dos princípios tão caros da nossa Constituição que é evitar que através dos mecanismos vinculatórios ou de equiparação, se estabelecesse uma verdadeira “sanfona” legislativa, quando uma determinada classe dos servidores recebesse determinado aumento, todos os demais, receberiam de igual maneira.

Diz ainda o Professor José Afonso da Silva que a vinculação é a relação de comparação vertical, diferente da equiparação que é a relação horizontal. Vincula-se um cargo inferior, isto é, de menores atribuições e menos complexidade, com outro superior, para efeito de retribuição. É exatamente, o que pretende a Emenda de V. Exa. Mantendo-se certa diferença de vencimentos entre um e outro, mas, de sorte que, aumentando-se um, o outro também fica automaticamente majorado para guardar a mesma distância pré-estabelecida.

Note-se, dizia eu no meu próprio Parecer: Que o legislador pode inclusive, fixar remuneração idêntica para cargos diferentes, desde que, não condicione uma à outra.

Já a comparação de cargos de denominação e atribuições diversas, considerando-se iguais para fins de se lhes conferir os mesmos vencimentos, é a equiparação.

Equiparar, é por em paralelo, comparar, igualar, enquanto que vincular é subordinar, condicionar.

Afora o reparo que V. Exa. faz à decisão do Supremo Tribunal Federal que inseri em meu parecer, eu aceito. Realmente, numa leitura mais atenta me convenceu de que talvez não se adequasse bem para embasar as minhas razões, que pretendo jurídicas. Todavia mantive, porque em seu acórdão, ficou consignado que a inconstitucionalidade da pretensão de se inserir determinada regra à Constituição política ou à Constituição do Estado de Mato Grosso, era inconstitucional, porque envolve vencimentos “latu sensu”, que está a depender da exclusiva iniciativa do chefe do Poder Executivo.

Vale dizer enquanto o caso, não fosse talvez apropriado, para fundamentar tal parecer. Parece-me claro que esta impressão, que era inconstitucional, também porque, envolvia vencimentos; e que isto estava a depender da exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo, é uma maneira contundente definitiva de se encerrar a polêmica.

Houve, ainda, tive a oportunidade de ler outras decisões do Supremo, a propósito de emendas constitucionais propostas, em algumas Constituições Estaduais. E tem sido unânime o entendimento de que as matérias reservadas ao Poder Executivo, privativamente, não podem ser violadas nem sequer através de Emenda Constitucional.

Em conclusão, é nosso entendimento, de que a proposta de emenda constitucional que dá nova configuração à procuradoria, não tem, datíssima venia, escoramento constitucional. Todavia, registro aqui as minhas congratulações pelo esforço que fez o nobre Deputado Accioly Neto, no sentido de que tal tema viesse a debate, e afinal, amadurecesse para que, com o concurso também desta Assembléia Legislativa, num espaço de tempo que espero, será o mais breve possível, afinal se sane uma série de deficiências e se faça justiça aos nobres advogados do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).